

Quem disse ?

«O povo disse ao PS para que governe respeitando as oposições, mas também disse às oposições que devem cooperar com o PS, que devem evitar situações de instabilidade na AR, gerando condições que permitam que este Governo governe por quatro anos»

António Guterres
Hotel Altis, 10 de Outubro

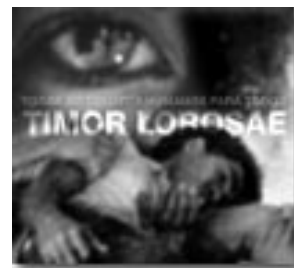
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1037 14 OUTUBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Comissão Política do PS

Manter a linha de rumo

A Comissão Política Nacional do PS esteve reunida terça-feira passada no Largo do Rato. No final da reunião, o coordenador da Comissão Permanente socialista, António José Seguro, deixou bem claro que o partido «não irá virar à esquerda nem à direita. Vai seguir em frente com determinação, energia e criatividade», para concretizar as suas propostas e projectos.

Ainda segundo António José Seguro, as prioridades às reformas nas áreas da saúde, da justiça, fiscal e na Segurança Social vão «continuar a ser concretizadas no futuro imediato». Na mesma declaração política, o dirigente socialista garantiu que «o PS continuará a ser factos de estabilidade na sociedade portuguesa» e «definirá as suas linhas de acção para ser um Governo de legislatura». Ou seja, o PS apresentará as suas propostas na Assembleia da República e os partidos da oposição «votarão contra ou a favor», mas não haverá alianças salientou.

António José Seguro manifestou-se convicto que a proposta de Orçamento de Estado para 2000 será aprovada sem problemas, sobretudo, porque Portugal presidirá ao Conselho Europeu no primeiro semestre do próximo ano. «Se houvesse uma coligação negativa (que impedisse a aprovação do próximo orçamento), isso iria contrariar a expressão genuína do eleitorado. Parecer-me-ia uma completa irresponsabilidade que o primeiro orçamento de uma legislatura fosse chumbado», acrescentou ainda o coordenador da Comissão Permanente do PS, que ainda afirmou estranhar a posição do Bloco de Esquerda, que anunciou o voto contra o próximo Orçamento ainda sem o conhecer. «Para sermos exigentes, temos primeiro que ser exigentes connosco próprios», declarou.

À entrada para a reunião da Comissão Política do PS, Jorge Coelho disse concordar com Manuel Alegre, quando o cabeça-de-lista do PS por Coimbra recusa a ideia de que o PS possa procurar um aliado preferencial à sua direita. «Não defendo que exista qualquer aliança preferencial com um partido de direita. Neste aspecto, penso que estamos todos de acordo», frisou.

PS SOBE EM PERCENTAGEM E EM MANDATOS

A MAIOR VITÓRIA DE SEMPRE



O PS alcançou domingo a maior vitória de sempre desde a sua fundação, chegando aos 44 por cento dos votos e tendo praticamente garantidos 113 deputados, num total de 230. Trata-se de um resultado histórico e que representa a sexta vitória do PS em eleições nacionais. Como sublinhou António Guterres, o partido saberá interpretar o sinal que lhe foi dado pelo povo português, que demonstrou desejar que o Governo prossiga a sua actuação com diálogo perante as oposições e a sociedade civil. Mas o primeiro-ministro também deixou o recado de que espera que as forças da oposição saibam interpretar a vontade do eleitorado, que quer estabilidade política e um Governo do PS para quatro anos. Terça-feira, o secretário-geral do PS foi recebido pelo Presidente da República no Palácio de Belém. À saída, o líder socialista disse que o próximo Governo será novo e não uma remodelação face ao anterior. Revelou que começará a fazer convites para formar o seu novo Executivo na próxima semana, questão em que aproveitou para desmentir especulações sobre hipotéticos membros da sua equipa.

Euro-2004

Opinião

Um país moderno e prestigiado em festa



É o reconhecimento da capacidade de organização do Portugal moderno, desenvolvido e solidário que está a ser construído. O Euro-2004 é nosso. Estamos, mais uma vez, de parabéns. O Presidente da República saltou de alegria, o Conselho de Ministros aplaudiu, a oposição regozijou-se, Carlos Cruz chorou, os empresários rejubilaram e o país festejou a atribuição a Portugal do Europeu de futebol de 2004.

Nações Unidas Educação em Direitos Humanos

O Governo socialista aprovou, no passado dia 8, em reunião de Conselho de Ministros, o Plano de Acção para a Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos. A Comissão Nacional para a Comemoração do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos cabe agora desenvolver, até 2004, as actividades necessárias à celebração da referida Década, tendo como principal vector a educação em Direitos Humanos.



Portugal, País de futuro

Portugal está, mais uma vez, de parabéns. Depois do sucesso obtido com a realização da Expo-98, do Festival Mundial da Juventude e das Conferências de Ministros da Juventude, da obtenção do Prémio Nobel da Literatura e da atribuição à cidade do Porto do Galardão de Capital da Cultura 2001, Portugal obteve anteontem, em Aachen (Alemanha), mais uma importante vitória ao ser o país escolhido para a realização do Campeonato Europeu de Futebol - Euro-2004.

Este importante reconhecimento pela UEFA da nossa capacidade de realização e organização veio reforçar a confiança dos portugueses em si próprios e, sobretudo, criar um conjunto extraordinário de condições para um forte desenvolvimento em diversas áreas da economia nos próximos cinco anos.

Um forte sinal da importância de Portugal ser o organizador do Euro-2004 foi dado precisamente na terça-feira, logo após o conhecimento da vitória da nossa candidatura, ao terem disparado os preços das acções das empresas de construção civil e das SAD's cotadas na nossa bolsa de valores. A atribuição a Portugal da organização do Euro-2004 encheu de orgulho todos os portugueses. A equipa organizadora da candidatura, coordenada pelo ministro José Sócrates, soube cativar e movimentar os portugueses, sobretudo os mais jovens, para a importância da conquista desta organização para Portugal. Por isso, quando na terça-feira Portugal foi escolhido, dezenas de milhares de portugueses puderam sentir que aquela vitória também era deles.

Uma candidatura desta natureza não se ganha de qualquer maneira, é preciso muito trabalho, muito espírito de equipa e, sobretudo, um projecto financeiro e humano credível. E, foi aqui que os portugueses foram chamados a dar o seu contributo ao participarem em massa na construção do gigantesco logotipo humano no Estádio Nacional, no passado mês de Julho.

Este empenhamento dos portugueses permitiu demonstrar à UEFA e a toda a Europa que Portugal está de alma e coração com o futebol, que apoia a sua selecção nacional e que irá demonstrar com a sua participação efectiva nos estádios que valeu a pena apostar em Portugal.

O Euro-2004 permitirá modernizar as suas infra-estruturas desportivas, desenvolver o turismo, a economia e projectar durante vários dias a imagem de Portugal, na Europa e no mundo. Mas, o mais importante é que esta operação, que irá custar muitos milhares de contos, não se esfumará com o final do Campeonato.

As diferentes infra-estruturas que irão ser criadas para recebermos o Euro-2004, a par das apostas que se irão fazer no desporto nos próximos anos, permitirão que Portugal fique dotado de um valioso conjunto de infra-estruturas desportivas que beneficiarão todos quantos apreciam a actividade desportiva. Esta oportunidade criada pela aposta do Governo na candidatura ao Euro-2004, foi uma aposta de quem tem uma visão de futuro e de desenvolvimento do nosso país. Foi uma aposta de quem pensa, sente e acredita que Portugal tem futuro.

Sousa Franco afirma Portugal bloqueará acordo se restauração ficar fora de IVA reduzido

O ministro das Finanças, Sousa Franco, reiterou no dia 8 que Portugal bloqueará o acordo dos Quinze sobre o elenco de actividades onde poderá ser aplicado o IVA reduzido, caso a restauração não seja incluída.

«Esta é uma pretensão legítima e adequada para a criação de emprego, pelo que não assinaremos nenhum acordo se a restauração não for incluída», frisou o ministro num encontro com jornalistas, à margem do Conselho de Ministros das Finanças (Ecofin) da União Europeia, que decorreu no Luxemburgo.

A questão permanece bloqueada, agora por oposição da Espanha, que se opõe aos termos da declaração que a Comissão Europeia apresentou de, no futuro, estar disposta a incluir o referido sector no elenco, de forma a satisfazer as reivindicações de Lisboa, que deu sinais de se contentar já com esta menção.

Segundo adiantaram fontes comunitárias, a oposição inicial da Alemanha e da Dinamarca já tinha sido ultrapassada, após uma fórmula de compromisso encontrada, cujos

pormenores se escusou a adiantar, mas de seguida surgiram reticências apresentadas por Madrid.

Sousa Franco falou ainda sobre Timor-Leste no almoço com os seus homólogos, tendo apelado para apelar à contribuição dos Estados membros da União para o fundo e acções do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para a reconstrução do território, na sequência da reunião de doadores.

Fundos para Timor

A este propósito, o ministro das Finanças realçou que Portugal não coloca limites à canalização de fundos para Timor, salientando que isso não irá prejudicar o cumprimento dos requisitos definidos pelo pacto de estabilidade.

«Não está em risco o cumprimento do pacto de estabilidade. Caso haja necessidade de tomarmos medidas tais como a redução de outras despesas», frisou Sousa Franco, escusando-se a especificar o seu alcance.



Governo Regional dos Açores Plano para 2000 aposta na qualificação dos recursos humanos

A qualificação dos recursos humanos, com 15 milhões de contos, constitui a área com mais verbas da proposta de Plano para 2000 do Governo açoriano, que prevê um total de investimentos de 51 milhões.

A informação foi avançada no dia 8 pelo secretário das Finanças, a entrada da reunião com os parceiros sociais para a apresentação do documento, salientando que a valorização dos recursos humanos representa 29,5 por cento do total do Plano. Segundo Roberto Amaral, o documento contempla investimentos no fortalecimento e diversificação do sistema produtivo regional, sector que absorve 13,9 milhões de contos.

Para as infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social estão previstos 11,9 milhões de contos, o que corresponde a 23,4 por cento do total de verbas previstas no documento, referiu.

Adiantou, ainda, que 1,7 milhões de contos destinam-se a gestão pública e institucional, enquanto a rubrica para a recuperação das calamidades que afectaram as ilhas absorve 8,4 milhões.

Roberto Amaral salientou que o Plano apresenta uma taxa de crescimento de 3,3 por cento relativamente ao deste ano, classificando o documento como «perfeitamente adequado às capacidades de absorção da economia regional».

Salientou, ainda, que a região terá de recorrer ao crédito num montante igual ao registado em 1999, cinco milhões de contos.

Perante essa situação, a dívida dos Açores no final do ano 2000 ascenderá a 49,6 milhões de contos, disse.

O Plano para 2000 terá de ser apresentado na Assembleia Regional até 25 de Outubro, com os parceiros sociais a poderem dar o seu parecer.



PS DENUNCIA DESCALABRO DA POLÍTICA DA AD

Reunidos em Belém, Lisboa, por iniciativa da Comissão Permanente, os autarcas do PS analisaram a situação política, sob o pano de fundo do Governo da AD.

Esta era uma das mais significativas notícias publicadas na edição de 15 de Outubro de 1981 do «órgão oficial do PS. Segundo o «AS», «o Encontro visou delinear a estratégia com vista às eleições autárquicas de 1982, tendo sido aprovado o plano e o orçamento para as acções intercalares das Federações na área das autarquias».

Particular destaque, com chamada de primeira página, era dado à intervenção do deputado socialista Almeida Santos na Assembleia da República.

Na sua intervenção, o camarada Almeida Santos «desmontou a cabala de Timor».

Com uma completa informação sobre as actividades das secções do PS, o «AS» noticiava que a Secção de Campo de Ourique ia levar a efeito um passeio a Badajoz e Olivença.

J. C. C. B.

15 de Outubro

Quem disse?

«Com necessidade de cerca de um milhão de fogos, o País assiste à entrega do sector da habitação à iniciativa privada»

Olga Ferreira



A MAIOR VITÓRIA DE SEMPRE DO PS

O PS alcançou domingo a maior vitória de sempre desde a sua fundação, chegando aos 44 por cento dos votos e tendo praticamente garantidos 113 deputados, num total de 230. Trata-se de um resultado histórico e que representa a sexta vitória do PS em eleições nacionais. Como sublinhou António Guterres, o partido saberá interpretar o sinal que lhe foi dado pelo povo português, que demonstrou desejar que o Governo prossiga a sua actuação com diálogo perante as oposições e a sociedade civil. Mas o primeiro-ministro também deixou o recado de que espera que as forças da oposição saibam interpretar a vontade do eleitorado, que quer estabilidade política e um Governo do PS para quatro anos. Terça-feira, o secretário-geral do PS foi recebido pelo Presidente da República no Palácio de Belém. A saída, o líder socialista disse que o próximo Governo será novo e não uma remodelação face ao anterior. Revelou que começará a fazer convites para formar o seu novo Executivo na próxima semana, questão em que aproveitou para desmentir especulações sobre hipotéticos membros da sua equipa. Entretanto, no domingo, em Paris, António Guterres participa em mais uma reunião do «Presidium» da Internacional Socialista. No congresso desta organização, entre 8 e 10 de Novembro, também na capital francesa, o líder do PS reúne boas probabilidades de ser eleito presidente da Internacional Socialista.

Na conferência final, antes da festa socialista no Largo do Rato, o camarada António Guterres começou por saudar as portuguesas e os portugueses que votaram, independentemente da escolha que cada eleitor fez. No entanto, dirigiu-se especialmente aos que voltaram a manifestar a sua confiança num Governo do PS. «Tivemos a maior vitória eleitoral de sempre, quer em termos percentuais, quer em mandatos. É inegável que os portugueses querem um novo Governo do PS para quatro anos», afirmou o primeiro-ministro, com vários membros do Governo e dirigentes do partido a escutarem-no. Como primeira conclusão do triunfo na noite eleitoral de 10 de Outubro, António Guterres frisou que a opção continuará a ser pelo diálogo, pela concertação social e pela contratualização com a sociedade civil. «O PS ficou muito perto da maioria absoluta», sublinhou, reconhecendo, po-



rém, que a indicação deixada pelos portugueses aponta no sentido de que o futuro Executivo esteja atento aos sinais que chegam da sociedade e, na medida do possível, os saiba integrar na sua acção política. Mas o resultado das últimas eleições legislativas, como realçou António Guterres, também deixam um aviso aos partidos da oposição de que dão o seu contributo para as «soluções necessárias ao país», tendo em vista «preservar a estabilidade política».

Na próxima legislatura, «outro objectivo não tenho do que continuar a servir o país. Vou dar tudo por tudo com o objectivo de ajudar os portugueses a viverem melhor, com as condições indispensáveis para que Portugal se possa afirmar na Europa e no mundo», adiantou, ainda, António Guterres. Face ao resultado alcançado no domingo passado, o líder socialista recordou que, ao longo da campanha eleitoral, sempre deixara bem claro que o PS formaria Governo, desde que fosse o partido mais votado, respeitando «a vontade dos portugueses». Reconheceu, porém, que um Governo de maioria relativa «está mais sujeito a situações de instabilidade. Cumpre-me respeitar a vontade popular e o aviso para que o PS governe respeitando as oposições no diálogo e na concertação». No entanto, segundo António Guterres, esse aviso estende-se igualmente aos par-

tidos da oposição, já que os portugueses querem um Executivo que dure uma legislatura.

Abstenção penalizou o PS

Interrogado sobre as subidas dos comunistas e eleição de dois deputados do Bloco de Esquerda, o primeiro-ministro admitiu que a acção governativa tenha gerado descontentamentos pontuais, parte dos quais transferidos em voto para esses partidos. Mas, mais importante do que esse dado, de acordo com o chefe do Governo, «é que se verificou um crescimento significativo da abstenção». Ora, esse aumento do número de abstencionistas, de acordo com o líder do PS, «acabou por beneficiar os partidos radicais» dentro do sistema político. Na verdade, tanto a CDU, como o Bloco de Esquerda, nestas eleições, obtiveram ganhos muito limitados. A CDU apenas subiu 0,5 por cento, enquanto o Bloco de Esquerda aumentou a sua votação em cerca de um por cento». Ou seja, o PS não foi penalizado por alegadamente não ter agradado ao eleitorado simpatizante de políticas mais à esquerda.

Na mesma conferência de Imprensa, António Guterres também recusou a perspectiva de que, por não ter dramatizado o

objectivo da maioria absoluta, tenha acabado por não o concretizar por margem mínima. «Não dramatizei a necessidade de maioria absoluta não por uma questão de oportunidade política, mas por pura convicção em termos de princípios e de valores». Tal, na perspectiva do secretário-geral do partido, equivaleria a fazer chantagem com o eleitorado, «atitude que não é democrática», respondeu.

António Guterres assegurou, por outro lado, que nunca como agora se sente «determinado» em continuar a desempenhar as funções de primeiro-ministro. Na sequência dos resultados de domingo passado, o líder socialista também disse entender que o povo português «não deu qualquer indicação de que deseje um Governo de coligação, ou qualquer acordo de incidência parlamentar com outro partido da oposição. Os portugueses querem que o PS cumpra o seu programa eleitoral», contrapôs, porque deram ao partido «quase maioria absoluta. Espero que as oposições também saibam interpretar este sinal», advertiu.

A finalizar, António Guterres também procurou desmistificar o conceito de reformas e que muitas vezes é veiculado por partido da oposição. Os avanços mais sólidos e mais seguros, de acordo com o primeiro-ministro, «fazem-se com pequenos passos e não com base em leis gerais, que,



muitas vezes, nunca chegam a ser cumpridas».

Em comentários aos resultados na noite eleitoral de domingo, tanto o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares, António Costa, como o ministro da Economia, Pina Moura, sublinharam o facto de o PS ter conseguido reforçar a sua maioria alcançada em 1995. Para António Costa, «o PS obteve uma vitória clara e os portugueses demonstraram que querem um novo Governo socialista para quatro anos». Sobre as diferenças entre um Governo de maioria absoluta ou de maioria relativa, o dirigente socialista comentou da seguinte forma: «Com maioria absoluta a responsabilidade democrática pertence sobretudo ao Governo, com maioria relativa a questão da estabilidade é da responsabilidade das oposições. O próximo Governo terá de Ter condições políticas para concretizar o seu programa», acrescentou António Costa.

Por sua vez, o cabeça-de-lista do PS em Setúbal, Jorge Coelho, lembrou que o partido «nunca fez chantagem sobre os portugueses para alcançar a maioria absolu-

ta. É com o resultado que nos deram que vamos dar o melhor que soubermos. Tivemos um grande resultado a nível nacional e, mesmo em Setúbal, o PS alcançou um resultado dentro da média nacional», esclareceu o presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS. Jorge Coelho manifestou ainda o seu espanto por o PSD estar a festejar uma derrota eleitoral «Não compreendo a razão que leva Durão Barroso a estar contente, porque ainda desceu mais do que Fernando Nogueira. Pela nossa parte, preferimos ganhar as eleições com 44 por cento dos votos», sublinhou.

Audiência com o chefe de Estado

Terça-feira, António Guterres foi recebido em audiência com o Presidente da República. No final do encontro, o secretário-geral do PS revelou que o próximo Governo deverá ser nomeado ainda este mês, após a divulgação dos resultados oficiais das eleições e da posterior convocação do Parlamento. António Guterres considerou



também ser inevitável que o Orçamento de Estado seja aprovado apenas no primeiro trimestre do ano 2000. Em relação ao novo executivo, o primeiro-ministro declarou a sua «total disponibilidade para formar Governo em condições perfeitamente análogas ao que aconteceu há quatro anos. Será um novo Governo», salientando que «não se trata de uma remodelação do anterior». Sobre a estrutura do futuro Executivo, o líder do partido explicou que vai fazer «uma última reflexão durante esta semana», esperando na próxima começar a endereçar convites.

Antontem, o secretário-geral do PS aproveitou para qualificar como especulações todas as notícias sobre a composição e a estrutura do Governo. Disse mesmo não ter falado com ninguém sobre essa matéria. Falando no final de uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros, que se realizou em São Bento, o primeiro-ministro admitiu, contudo, que possa não ser a última da presente legislatura, embora só convoque uma nova se ocorrer algo de urgente. Na reunião, António Guterres sublinhou a sua satisfação por trabalhar com

cada um dos ministros e secretários de Estado, a cada um dos quais ofereceu um pisa-papéis em cristal.

Um dia depois desta reunião do Conselho de Ministros, o chefe do Governo recebeu na quarta-feira os partidos políticos para informações sobre o Conselho Europeu de Tampere (Finlândia). Quinta-feira, António Guterres parte para a Finlândia. No domingo, na qualidade de secretário-geral do PS, estará presente em Paris na reunião do «Presidium» da Internacional Socialista, encontro que irá preparar o congresso desta organização, que também deverá decorrer na capital francesa entre 8 e 10 de Novembro. Nesta reunião, António Guterres poderá vir a ser eleito presidente da Internacional Socialista.

Na segunda-feira, de novo na qualidade de primeiro-ministro, António Guterres tem encontros sucessivos com o presidente da França, Jacques Chirac, e com o seu homólogo francês Lionel Jospin, ambos no âmbito dos contactos que tem vindo a desenvolver para preparar a presidência portuguesa da União Europeia, que se realiza no primeiro semestre do próximo ano.



LEGISLATIVAS 99 - RESULTADOS

Apuramentos - Comparativo 95/99				
Ano		Mandatos	Concelhos	Freguesias
1999	Total	226	308	4241
	Apurados	223	299	4232
1995	Total	226	308	4221
	Apurados	225	299	4212

Escrutínio Provisório - Comparativo 95/99									
Ano	Inscritos	Votantes		Abstenções		Branco		Nulos	
		Total	Percent.	Total	Percent.	Total	Percent.	Total	Percent.
1999	8672801	5363895	61,85 %	3308906	38,15 %	56852	1,06 %	49928	0,93 %
1995	8729129	5847809	66,99 %	2881320	33,01 %	45863	0,78 %	64248	1,10 %

Votação por Partido no País - Comparativo 95/99																			
Ano		PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	MPT	PPM	PSN	P.H.	POUS	PDA	PSR	UDP	PG	PPM- -MPT	MUT	
1999	Total	2359561	1733589	483675	449253	131867	39463	19524	16335	11418	7937	4056	437	-	-	-	-	-	
	Percent.	43,99 %	32,32 %	9,02 %	8,38 %	2,46 %	0,74 %	0,36 %	0,30 %	0,21 %	0,15 %	0,08 %	0,01 %	-	-	-	-	-	
	Mandatos	111	79	17	14	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Percent.	49,12 %	34,96 %	7,52 %	6,19 %	0,88 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	-	-	-	-	-	
1995	Total	2564004	1987945	503829	531586	-	40710	7826	-	12453	-	-	2301	37358	33358	8044	5913	2371	
	Percent.	43,85 %	33,99 %	8,62 %	9,09 %	-	0,70 %	0,13 %	-	0,21 %	-	-	0,04 %	0,64 %	0,57 %	0,14 %	0,10 %	0,04 %	
	Mandatos	111	84	15	15	-	0	0	-	0	-	-	0	0	0	0	0	0	
	Percent.	49,12 %	37,17 %	6,64 %	6,64 %	-	0,00 %	0,00 %	-	0,00 %	-	-	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	

Resumo da Votação por Partido no País - Comparativo 95/99																		
Distritos	Ano	PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	MPT	PPM	PSN	P.H.	POUS	PDA	PSR	UDP	PG	PPM- -MPT	MUT
Aveiro	1999	145575	138686	12797	49183	4676	1511	847	1148	660	968	-	-	-	-	-	-	-
	1995	154454	158108	10531	48373	-	1422	-	-	846	-	-	-	1408	1126	457	612	-
Beja	1999	39728	12308	24077	3315	1316	1664	279	393	207	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	44703	15276	28372	3515	-	2206	-	-	-	-	-	-	571	1001	-	-	-
Braga	1999	195602	162433	23821	39027	5164	2947	973	1434	1758	873	830	-	-	-	-	-	-
	1995	196138	173269	20555	48438	-	2105	-	-	1516	-	-	-	1773	2213	1138	-	-
Bragança	1999	32588	36841	2141	7079	679	530	296	-	230	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	36526	40541	1736	8506	-	392	-	-	-	-	-	-	488	388	-	-	-
Castelo Branco	1999	63398	39171	6442	7665	1520	840	424	566	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	72208	43607	4745	9800	-	660	-	-	-	-	-	-	610	770	-	490	-
Coimbra	1999	109956	82025	14258	13990	4545	1253	619	915	-	446	235	-	-	-	-	-	-
	1995	125043	87747	12938	17916	-	1564	-	-	597	-	-	-	1497	1248	-	-	-
Évora	1999	42257	17283	22794	4636	1394	1582	329	367	196	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	44685	21107	28252	5476	-	2005	-	-	-	-	-	-	471	786	-	377	-
Faro	1999	87162	53096	14886	13084	4106	2056	1237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	98313	57918	15474	16491	-	1724	815	-	785	-	-	-	1128	1275	-	-	-
Guarda	1999	44254	40024	3253	9987	1088	691	413	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	49470	45224	2562	11246	-	478	-	-	478	-	-	-	527	573	-	-	-
Leiria	1999	85589	99091	12357	23088	3843	1724	899	-	618	-	469	-	-	-	-	-	-
	1995	90263	106565	11113	28002	-	1458	-	-	-	-	-	-	1204	1135	-	-	660
Lisboa	1999	480410	307961	138225	96184	55113	9284	6249	4800	1812	2085	1489	-	-	-	-	-	-
	1995	553932	364871	150996	118158	-	9048	5453	-	1881	-	-	1044	16721	7860	2341	-	943
Portalegre	1999	36545	16068	10723	4180	876	809	219	276	119	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	41499	19272	11479	5181	-	1538	270	-	359	-	-	-	345	670	-	-	-
Porto	1999	439784	299478	57267	69030	21411	4538	2075	2716	2033	2600	650	-	-	-	-	-	-
	1995	464209	362226	60017	77323	-	3212	-	-	2439	-	-	-	3513	2858	1386	2273	371
Santarém	1999	110326	73252	24554	19559	4798	2508	1113	-	833	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	123359	83391	25639	23442	-	2534	947	-	939	-	-	-	1533	1790	-	-	-
Setúbal	1999	170193	70340	96705	21969	13785	4161	1711	1780	782	-	383	-	-	-	-	-	-
	1995	194319	79572	102816	31248	-	7125	-	-	662	-	-	-	2651	3828	1007	1686	397
Viana do Castelo	1999	55132	49043	6877	19239	1687	728	448	644	448	358	-	-	-	-	-	-	-
	1995	56083	60928	6593	16238	-	736	-	-	-	-	-	-	480	497	314	475	-
Vila Real	1999	50691	56507	2992	8599	995	656	296	658	504	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	53085	61003	2574	10389	-	757	-	-	521	-	-	-	677	477	510	-	-
Viseu	1999	77809	90116	4470	21294	2399	994	445	638	648	607	-	-	-	-	-	-	-
	1995	82088	95143	3846	24674	-	938	-	-	566	-	-	-	915	750	891	-	-
Regiões Autónomas																		
Açores	1999	49947	33564	1612	5215	992	330	177	-	-	-	-	437	-	-	-	-	-
	1995	40022	51014	1857	10020	-	388	-	-	-	-	-	930	393	460	-	-	-
Madeira	1999	42615	56302	3424	12930	1480	657	475	-	570	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995	43605	61163	1734	17150	-	420	341	-	864	-	-	327	453	3653	-	-	-
Total do País	1999	2359561	1733589	483675	449253	131867	39463	19524	16335	11418	7937	4056	437	-	-	-	-	-
	1995	2564004	1987945	503829	531586	-	40710	7826	-	12453	-	-	2301	37358	33358	8044	5913	2371

LEGISLATIVAS 99 - RESULTADOS

AVEIRO - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	P.H.	MPT	PSN
Águeda	10104	9543	3242	850	240	104	82	55	52	54
Alberg.-a-Velha	4041	4845	2219	305	86	38	35	25	15	35
Anadia	5673	7549	2270	371	193	57	55	51	36	28
Arouca	3815	6033	2227	207	94	35	85	50	20	43
Aveiro	13692	13046	6583	1391	1001	149	109	99	98	55
Castelo de Paiva	4344	3663	426	156	89	28	19	27	17	17
Espinho	9549	6587	1767	1771	378	148	86	36	56	26
Estarreja	4984	5645	1668	550	189	57	46	39	29	25
Stª Mª da Feira	32637	25010	6324	2195	625	326	178	187	171	116
Ílhavo	5741	6080	2357	566	288	84	74	43	37	26
Mealhada	5340	2873	581	570	154	46	28	22	16	20
Murtosa	1000	2760	428	54	23	5	13	17	10	6
Oliv. de Azeméis	15939	13787	5288	887	312	122	110	96	81	67
Oliv. do Bairro	1923	5481	2889	167	56	23	31	38	24	15
Ovar	12300	8408	1930	1650	434	156	81	62	61	55
S. J. da Madeira	5664	3505	1423	607	206	47	28	26	33	12
Sever do Vouga	1929	3754	1545	142	72	26	21	34	17	17
Vagos	1493	5219	2928	75	98	16	25	21	19	18
Vale de Cambra	5407	4898	3088	283	138	44	42	40	55	25
Total	145575	138686	49183	12797	4676	1511	1148	968	847	660
Percent.	40,17%	38,27%	13,57%	3,53%	1,29%	0,42%	0,32%	0,27%	0,23%	0,18%
Mandatos	7	6	2	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	46,67%	40,00%	13,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

BEJA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PCP- -PEV	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCTP/ /MRPP	B.E.	PPM	MPT	PSN
Aljustrel	2608	2339	480	165	119	91	27	23	11
Almodovar	2501	507	1067	188	74	72	36	19	15
Alvito	619	430	258	64	26	16	5	5	3
Barrancos	547	296	44	86	26	12	7	4	3
Beja	7992	5566	2870	791	261	455	43	48	27
Castro Verde	1810	1125	455	99	76	81	15	6	6
Cuba	1272	988	266	71	63	30	12	5	8
Ferr. do Alentejo	2524	1479	644	187	122	79	16	21	13
Mértola	2135	1797	503	135	141	53	35	23	19
Moura	3883	1753	858	271	168	104	26	19	22
Odemira	7228	2857	2073	659	318	156	117	61	50
Ourique	1649	595	1206	119	43	25	14	3	9
Serpa	3285	3451	1149	333	149	105	28	30	17
Vidigueira	1675	894	435	147	78	37	12	12	4
Total	39728	24077	12308	3315	1664	1316	393	279	207
Percent.	46,73%	28,32%	14,48%	3,90%	1,96%	1,55%	0,46%	0,33%	0,24%
Mandatos	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	66,67%	33,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

BRAGA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PCTP/ /MRPP	PSN	PPM	MPT	P.H.	POUS
Amares	3629	3882	1227	213	55	34	44	29	23	21	18
Barcelos	25375	30959	5583	1791	667	220	206	169	123	112	115
Braga	38407	27251	7794	7273	2004	675	405	313	239	165	146
Cab. de											
Basto	4836	3867	555	154	57	31	26	23	19	23	16
Cel. de											
Basto	3826	5412	1167	184	47	36	62	35	26	35	38
Esposende	6043	6862	2972	508	167	81	57	74	63	43	31
Fafe	15073	9374	1811	1158	182	182	113	99	41	61	58
Guimarães	40414	24796	7046	7325	904	887	351	255	181	148	145
Póvoa de											
Lanhoso	5692	5309	920	227	66	40	64	44	23	38	40
T. de Bóro	1707	2533	456	132	26	27	30	34	10	15	17
V. do Minho	3698	3535	534	253	64	50	62	43	24	24	16
V. Nova de											
Famalicão	31609	24033	5661	3536	705	504	148	183	135	122	93
Vila Verde	8051	12300	2644	496	134	105	163	94	50	56	74
Vizela	7242	2320	657	571	86	75	27	39	16	10	23
Total	195602	162433	39027	23821	5164	2947	1758	1434	973	873	830
Percent.	44,31%	36,80%	8,84%	5,40%	1,17%	0,67%	0,40%	0,32%	0,22%	0,20%	0,19%
Mandatos	8	7	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	47,06%	41,18%	5,88%	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

BRAGANÇA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PPD/PSD	PS	CDS-PP	PCP-PEV	B.E.	PCTP/MRPP	MPT	PSN
Alf. da Fé	1662	1569	333	100	30	22	14	11
Bragança	7267	7531	1164	626	201	120	64	39
C. de Ansiães	2299	1636	472	93	27	39	14	8
F. Esp. a Cinta	1137	1127	154	55	22	16	3	5
M. de Cavaleiros	3945	3743	1348	188	82	59	38	21
M. do Douro	2095	1751	221	59	32	23	14	15
Mirandela	6180	4311	1480	492	99	89	54	42
Mogadouro	3658	2284	457	78	44	36	19	17
T. de Moncorvo	2577	2475	525	146	41	27	16	15
Vila Flor	1992	1898	476	139	33	44	13	22
Vimioso	1571	1240	101	53	27	27	19	10
Vinhais	2458	3023	348	112	41	28	28	25
Total	36841	32588	7079	2141	679	530	296	230
Percent.	44,86%	39,68%	8,62%	2,61%	0,83%	0,65%	0,36%	0,28%
Mandatos	2	2	0	0	0	0	0	0
Percent.	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%



CASTELO BRANCO - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	B.E.	PCTP/MRPP	PPM	MPT
Belmonte	2169	1019	230	192	31	25	12	15
Castelo Branco	17843	9020	2143	1335	539	210	152	128
Covilhã	18222	6841	1936	3257	419	292	127	90
Fundão	9690	4763	933	799	240	148	89	77
Idanha-a-Nova	4225	2217	375	275	57	58	51	30
Oleiros	1408	2837	226	49	27	10	14	10
Penamacor	2112	1204	351	112	33	30	30	15
Prouença-a-Nova	2249	3134	431	101	44	20	22	15
Sertã	3217	5643	711	113	79	27	37	29
Vila de Rei	441	1589	249	36	23	5	17	12
V. V. de Rodão	1822	904	80	173	28	15	15	3
Total	63398	39171	7665	6442	1520	840	566	424
Percent.	51,70%	31,94%	6,25%	5,25%	1,24%	0,69%	0,46%	0,35%
Mandatos	3	2	0	0	0	0	0	0
Percent.	60,00%	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

LEGISLATIVAS 99 - RESULTADOS

COIMBRA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	P.H.	POUS
Arganil	3494	3606	147	377	64	33	35	16	8	9
Cantanhede	8060	9297	478	1650	210	63	64	45	31	24
Coimbra	37844	23510	7841	5058	2777	480	274	257	139	44
Condeixa-a-Nova	3636	2055	528	281	102	53	25	18	11	11
Figueira da Foz	15085	11674	2119	1685	554	215	130	75	64	31
Góis	1595	1047	43	99	25	10	21	8	8	3
Lousã	4423	2282	285	491	119	27	36	16	22	7
Mira	2964	3059	141	499	86	17	28	18	11	6
Miranda do Corvo	3556	2241	269	255	71	35	25	21	15	14
Montemor-o-Velho	6566	3371	900	814	132	120	70	49	26	16
Oliv. do Hospital	5342	5246	199	864	80	47	47	22	28	18
Pamp. da Serra	1386	1654	49	95	20	15	14	6	5	4
Penacova	3795	3772	345	457	68	26	20	13	15	6
Penela	1334	1849	64	158	22	13	20	10	12	8
Soare	6467	3120	630	541	136	51	57	23	28	22
Tábua	2945	2819	124	447	48	39	30	15	17	11
V. N. de Poiares	1464	1423	96	219	31	9	19	7	6	1
Total	109956	82025	14258	13990	4545	1253	915	619	446	235
Percent.	47,14 %	35,17 %	6,11 %	6,00 %	1,95 %	0,54 %	0,39 %	0,27 %	0,19 %	0,10 %
Mandatos	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	60,00 %	40,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %



ÉVORA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PCP- -PEV	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCTP/ /MRPP	B.E.	PPM	MPT	PSN	POUS
Alandroal	1679	1176	458	130	90	20	12	11	13	
Arraiolos	1647	1739	666	136	82	54	16	6	7	
Borba	2559	803	696	156	98	49	19	10	10	
Estremoz	4059	1331	2129	524	141	117	31	23	23	
Évora	13949	5666	5794	1811	328	674	97	143	42	
Mont.-o-Novo	4112	4156	1654	422	225	120	32	35	25	
Mora	1254	1187	693	133	77	34	8	20	11	
Mourão	986	133	371	82	17	12	3	2	5	
Portel	1642	1410	407	66	98	20	19	8	8	
Redondo	1622	869	604	199	91	61	23	10	7	
Reg. de Monsaraz	3156	698	1034	216	85	59	37	9	8	
Vendas Novas	2295	1896	1369	349	96	79	31	27	6	
Viana do Alentejo	1130	930	399	102	82	31	17	8	14	
Vila Viçosa	2167	800	1009	310	72	64	22	17	17	
Total	42257	22794	17283	4636	1582	1394	367	329	196	
Percent.	45,64 %	24,62 %	18,67 %	5,01 %	1,71 %	1,51 %	0,40 %	0,36 %	0,21 %	
Mandatos	2	1	1	0	0	0	0	0	0	
Percent.	50,00 %	25,00 %	25,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	

FARO - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/PSD	PCP-PEV	CDS-PP	B.E.	PCTP/MRPP	MPT
Albufeira	5206	3754	726	902	213	122	74
Alcoutim	1182	862	155	72	18	29	7
Aljezur	1410	529	368	178	46	68	27
Castro Marim	2022	996	183	164	39	37	19
Faro	12567	7858	2629	2148	966	218	225
Lagoa	4455	2589	627	633	128	89	52
Lagos	6384	2713	1170	848	322	145	73
Loulé	11645	9564	1144	2049	519	226	173
Monchique	2284	1352	307	217	63	59	20
Olhão	8073	4578	1338	1595	332	248	130
Portimão	10989	6057	1878	1907	632	235	149
S. Brás de Alportel	2118	1458	260	302	79	39	24
Silves	7619	4569	1799	799	278	239	116
Tavira	6016	3847	674	684	251	144	101
Vila do Bispo	1454	647	226	170	49	44	14
V. R. Sto Antonio	3738	1723	1402	416	171	114	33
Total	87162	53096	14886	13084	4106	2056	1237
Percent.	48,37 %	29,46 %	8,26 %	7,26 %	2,28 %	1,14 %	0,69 %
Mandatos	5	3	0	0	0	0	0
Percent.	62,50 %	37,50 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

GUARDA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	B.E.	PCTP/MRPP	MPT
Aguilar da Beira	934	1727	687	30	18	11	8
Almeida	2093	2101	649	151	46	31	29
Celorico da Beira	2327	2076	467	113	39	24	13
Fig. Castelo Rodrigo	1916	1763	266	66	25	26	16
Fornos de Algodres	1409	1704	371	82	17	18	10
Gouveia	4265	3575	733	368	118	70	35
Guarda	11250	7834	2440	812	342	186	103
Manteigas	985	609	192	159	18	26	6
Meda	1245	1802	430	65	43	45	15
Pinhel	2324	2550	666	202	60	32	30
Sabugal	3751	3700	977	217	80	63	53
Seia	7316	5600	1162	765	171	100	52
Trancoso	2218	2740	602	104	62	35	23
Vila Nova de Foz Coa	2221	2243	345	119	49	24	20
Total	44254	40024	9987	3253	1088	691	413
Percent.	43,33 %	39,18 %	9,78 %	3,18 %	1,07 %	0,68 %	0,40 %
Mandatos	2	2	0	0	0	0	0
Percent.	50,00 %	50,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

LEIRIA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PPD/ /PSD	PS	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PCTP/ /MRPP	MPT	PSN	POUS
Alcobaça	12567	11538	2718	2246	387	272	103	78	49
Alvaiázere	3467	953	460	35	25	19	23	10	6
Ansião	4590	2575	601	105	62	25	28	25	24
Batalha	3812	2205	1590	132	103	40	31	25	8
Bombarral	2575	2588	913	426	99	52	26	31	17
Caldas da Rainha	9571	8710	2414	1098	511	139	116	49	49
Cast. de Pera	586	1100	73	47	15	16	0	4	2
Fig. dos Vinhos	2370	1558	283	60	25	37	10	8	7
Leiria	27895	19914	7566	1693	1178	317	232	171	122
Marinha Grande	3482	7848	1016	3846	443	333	63	42	50
Nazaré	2200	3717	384	593	206	64	21	16	14
Óbidos	1931	2562	411	246	68	51	23	15	11
Pedregão Grande	1652	854	130	26	15	19	12	7	9
Peniche	3590	6315	874	1073	224	138	46	24	27
Pombal	13189	8400	2026	370	307	118	94	70	57
Porto de Mós	5614	4752	1629	361	175	84	71	43	17
Total	99091	85589	23088	12357	3843	1724	899	618	469
Percent.	42,57 %	36,77 %	9,92 %	5,31 %	1,65 %	0,74 %	0,39 %	0,27 %	0,20 %
Mandatos	5	4	1	0	0	0	0	0	0
Percent.	50,00 %	40,00 %	10,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

LEGISLATIVAS 99 - RESULTADOS

LISBOA - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	P.H.	PSN	POUS	
Alenquer	9579	4170	2872	1173	343	201	60	76	39	43	50
A. dos Vinhos	2417	1309	538	275	93	37	15	26	11	7	8
Azambuja	5304	2033	1690	579	276	131	28	34	21	27	37
Cadaval	3182	2305	274	491	71	45	10	27	11	12	22
Cascais	32881	28160	7711	10115	4246	584	587	410	156	140	90
Lisboa	143679	105184	37797	36709	21631	2736	2293	1663	708	534	450
Loures	47614	23225	17928	6761	4244	1073	514	390	195	183	132
Lourinhã	4268	5175	250	1238	216	54	48	76	32	26	22
Mafra	10865	8335	1293	1842	527	178	99	128	53	60	53
Oeiras	34362	26546	9236	8312	6026	612	540	345	112	131	94
Sintra	66969	37639	18640	11220	7080	1300	854	636	275	267	154
S. M. Agraço	1730	804	876	246	99	56	14	24	13	15	12
Torres Vedras	15176	10967	3154	2617	880	287	120	159	66	72	65
V.F. de Xira	27830	10785	12216	3052	2025	518	202	177	94	77	58
Amadora	41461	22462	14831	6611	4512	845	504	361	151	131	126
Odivelas	33093	18862	8919	4943	2844	627	361	268	148	103	116
Total	480410	307961	138225	96184	55113	9284	6249	4800	2085	1812	1489
Percent.	42,60 %	27,31 %	12,26 %	8,53 %	4,89 %	0,82 %	0,55 %	0,43 %	0,18 %	0,16 %	0,13 %
Mandatos	23	14	6	4	2	0	0	0	0	0	0
Percent.	46,94 %	28,57 %	12,24 %	8,16 %	4,08 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

PORTALEGRE - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN
Alter do Chão	1100	556	393	137	14	42	10	8	8
Aronches	1081	488	229	106	9	20	7	1	1
Avis	979	524	1429	85	37	29	9	10	3
Campo Maior	2317	551	1065	182	50	51	5	3	4
Castelo de Vide	1202	572	168	153	50	29	14	12	7
Crato	1385	481	480	128	28	37	22	8	3
Elvas	7054	2180	831	868	156	109	43	35	25
Fronteira	1205	650	310	138	29	27	12	3	2
Gavião	2020	556	321	132	25	32	17	7	4
Marvão	1275	683	86	189	31	12	18	8	2
Monforte	1065	296	338	130	20	38	4	5	2
Nisa	2913	1258	703	288	42	90	26	13	14
Ponte de Sor	4145	1942	2585	454	92	132	32	40	20
Portalegre	7378	4294	1140	1038	275	105	48	50	15
Sousel	1426	037	645	152	18	56	9	16	9
Total	36545	16068	10723	4180	876	809	276	219	119
Percent.	51,29 %	22,55 %	15,05 %	5,87 %	1,23 %	1,14 %	0,39 %	0,31 %	0,17 %
Mandatos	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

PORTO - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	R.H.	MPT	PSN	POUS
Amarante	15045	9964	1423	749	442	97	82	86	41	115	26
Baião	5798	3917	494	225	44	41	22	46	10	64	7
Felgueiras	14284	10172	1734	840	168	130	100	88	49	111	30
Gondomar	40386	25828	4826	7592	1881	511	240	182	172	151	82
Lousada	10549	7016	1037	645	106	105	71	43	26	77	19
Maia	28672	19250	4043	3538	1561	299	166	117	153	99	42
Marco de											
Canaveses	9862	7487	1821	588	178	84	63	69	34	107	30
Matosinhos	45917	22365	5921	6511	2732	438	229	156	218	138	44
Paços de											
Ferreira	10559	10908	1965	799	137	99	105	50	29	75	23
Paredes	15981	17031	3359	1099	294	152	92	90	64	114	24
Penafiel	17335	11984	2377	1342	329	193	119	108	56	118	29
Porto	70050	50150	15840	14018	7153	676	551	277	478	182	95
P. Varzim	10946	12875	4035	1187	529	111	75	54	61	57	8
Santo Tirso	21678	11956	2900	2189	459	289	143	103	71	131	39
Valongo	21867	13867	2524	3114	902	254	109	80	114	85	28
V. Conde	20457	12484	2700	1728	627	192	105	84	70	90	23
V.N. Gaia	71880	44100	10386	10415	3653	786	394	922	401	275	92
Trofa	8518	8124	1645	688	216	81	50	45	28	44	9
Total	439784	299478	69030	57267	21411	4538	2716	2600	2075	2033	650
Percent.	47,94 %	32,64 %	7,52 %	6,24 %	2,33 %	0,49 %	0,30 %	0,28 %	0,23 %	0,22 %	0,07 %
Mandatos	18	12	2	2	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	48,65 %	32,43 %	5,41 %	5,41 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

SANTARÉM - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN
Abrantes	12577	5701	2098	1606	578	322	110	88	88
Alcanena	3562	2509	809	844	116	86	32	25	25
Almeirim	6332	2218	1216	669	179	116	35	17	17
Alpiarça	2056	452	1584	146	70	77	9	7	7
Benavente	3889	1927	2096	805	231	158	41	30	30
Cartaxo	6507	2622	1379	892	241	164	69	25	25
Chamusca	3150	1004	1041	363	88	96	24	23	23
Constância	1271	388	274	130	20	33	10	10	10
Coruche	5027	2194	3004	742	148	170	51	34	34
Entroncamento	4749	2306	987	739	391	92	69	23	23
Ferr. do Zezere	1870	2790	94	456	35	41	41	34	34
Golegã	1551	566	514	223	38	45	7	9	9
Mação	2740	2640	214	454	55	48	19	34	34
Rio Maior	4379	4585	406	1148	146	78	42	39	39
Salv. de Magos	4376	1644	1235	521	141	117	41	14	14
Santarém	16541	9662	3424	2845	816	346	160	123	123
Sardoal	1238	1106	104	207	41	18	11	14	14
Tomar	10673	8968	1246	2095	514	166	132	88	88
Torres Novas	9702	5569	2084	1546	636	209	124	83	83
V.N. Barquinha	2195	947	396	302	103	41	14	16	16
Ourem	5941	13454	349	2826	211	85	72	97	97
Total	110326	73252	24554	19559	4798	2508	1113	833	833
Percent.	45,50 %	30,21 %	10,13 %	8,07 %	1,98 %	1,03 %	0,46 %	0,34 %	0,34 %
Mandatos	5	3	1	1	0	0	0	0	0
Percent.	50,00 %	30,00 %	10,00 %	10,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

SETÚBAL - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PCP- -PEV	PPD/ /PSD	CDS- -PP	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS
Alcácer do Sal	3872	2378	848	268	141	150	31	22	33	8
Alcochete	2818	1515	899	300	144	70	33	16	12	10
Almada	38030	19494	17555	5465	3826	725	351	470	163	90
Barreiro	18729	15667	6169	1930	1794	432	171	204	68	28
Grandola	3624	2636	1377	300	149	149	38	24	23	10
Moita	12599	11162	4543	1453	1165	425	148	137	88	30
Montijo	8784	3554	4077	1285	478	243	103	77	32	18
Palmela	10278	5342	4106	1276	558	283	125	102	51	24
Sant. do Cacém	7185	4010	3091	858	404	251	111	46	41	16
Seixal	28384	15893	12434	3811	2319	622	283	308	97	66
Sesimbra	7703	2953	3435	996	469	193	86	57	46	25
Setúbal	25393	10601	10841	3737	2147	526	277	225	119	47
Sines	2794	1500	965	290	191	92	23	23	9	11
Total	170193	96705	70340	21969	13785	4161	1780	1711	782	383
Percent.	43,65 %	24,80 %	18,04 %	5,63 %	3,54 %	1,07 %	0,46 %	0,44 %	0,20 %	0,10 %
Mandatos	8	5	3	1	0	0	0	0	0	0
Percent.	47,06 %	29,41 %	17,65 %	5,88 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %



LEGISLATIVAS 99 - RESULTADOS

VIANA DO CASTELO - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	P.H
A. de Valdevez	4819	6689	999	270	82	43	63	57	56	43
Caminha	4509	3088	705	681	163	90	36	45	19	21
Melgaço	2810	1718	357	80	47	25	22	13	27	18
Monção	4235	3873	1626	173	106	39	49	31	45	43
Paredes de Coura	2734	1608	334	155	60	23	24	28	29	19
Ponte da Barca	3105	3234	543	142	47	19	28	17	27	9
Ponte de Lima	6451	9210	8004	733	127	87	82	54	82	72
Valença	3099	2668	763	161	46	31	26	23	26	21
Viana do Castelo	20715	15165	5507	4353	953	352	296	163	120	95
V.N. de Cerveira	2655	1790	401	129	56	19	18	17	17	17
Total	55132	49043	19239	6877	1687	728	644	448	448	358
Percent.	40,19 %	35,75 %	14,02 %	5,01 %	1,23 %	0,53 %	0,47 %	0,33 %	0,33 %	0,26 %
Mandatos	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	50,00 %	33,33 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

VILA REAL - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PPD/ /PSD	PS	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PPM	PCTP/ /MRPP	PSN	MPT
Alijó	3193	3209	555	173	69	44	42	27	15
Boticas	2371	1353	149	81	12	11	18	24	18
Chaves	11353	9695	1473	583	203	123	125	94	39
Mesão Frio	1135	1211	217	53	18	15	22	4	8
Mondim de Basto	1890	1336	663	70	30	25	29	56	5
Montalegre	3490	3933	290	136	28	54	34	46	21
Murça	1858	1486	410	55	29	21	18	18	9
Peso da Régua	2914	4595	825	348	98	62	66	18	21
Ribeira de Pena	1953	1825	203	46	13	29	20	24	10
Sabrosa	1972	1714	257	92	19	21	20	17	10
Sta Marta de Penaguão	2055	2779	233	88	29	19	25	10	15
Valpaços	7169	2761	675	90	36	44	34	46	16
V. P. de Aguiar	3520	3432	570	245	60	51	67	33	20
Vila Real	11634	11362	2079	932	351	139	136	87	89
Total	56507	50691	8599	2992	995	658	656	504	296
Percent.	45,43 %	40,76 %	6,91 %	2,41 %	0,80 %	0,53 %	0,53 %	0,41 %	0,24 %
Mandatos	3	2	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	60,00 %	40,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

VISEU - Resumo da Votação por Partido no Distrito

Concelhos	PPD/ /PSD	PS	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PCTP/ /MRPP	PPM	P.H.	MPT	
Armamar	2422	1195	393	104	33	26	14	15	3	
Carregal do Sal	2557	1989	463	98	48	30	9	9	13	
Castro Daire	4424	3075	819	115	61	46	42	23	29	
Cinfães	3477	4563	782	220	50	61	64	38	44	
Lamego	5713	6521	1493	475	170	91	31	42	35	
Mangualde	4692	4323	939	242	116	51	27	43	22	
Moimenta da Beira	2418	2187	781	141	48	25	21	16	25	
Mortágua	2293	2224	289	135	68	20	11	23	18	
Nelas	2290	2426	471	106	55	23	10	18	10	
Oliveira de Frades	2695	1699	723	106	42	30	12	20	25	
Penalva do Castelo	2171	1794	472	90	25	30	19	24	21	
Penedono	819	699	121	49	14	18	9	6	10	
Resende	2856	3175	454	102	39	32	20	18	24	
Santa Comba Dão	3157	2691	554	106	103	28	17	17	16	
S. J. da Pesqueira	1659	1566	316	90	22	36	21	11	19	
São Pedro do Sul	4040	4294	832	390	87	66	32	39	34	
Sátão	3335	2168	1063	52	47	17	21	17	27	
Sernancelhe	1556	1173	652	31	18	14	15	10	9	
Tabuaço	1651	1316	621	44	20	21	31	9	10	
Tarouca	1433	1645	353	94	22	26	16	13	16	
Tondela	8734	5901	2057	336	197	71	57	52	31	
Vila Nova de Paiva	1232	1027	596	37	27	18	14	13	5	
Viseu	21431	17908	5441	1143	1012	170	118	150	113	
Vouzela	3061	2250	609	164	75	44	17	12	20	
Total	90116	77809	21294	4470	2399	994	648	638	607	445
Percent.	44,25 %	38,20 %	10,45 %	2,19 %	1,18 %	0,49 %	0,32 %	0,31 %	0,30 %	0,22 %
Mandatos	4	4	1	0	0	0	0	0	0	0
Percent.	44,44 %	44,44 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Fonte: DGSI-STAPE (<http://www.legislativas.telepac.pt>)



AÇORES - Resumo da Votação por Partido na Região Autónoma

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	B.E.	PDA	PCTP/ /MRPP	MPT
Angra do Heroísmo								
Angra do Heroísmo	8094	5065	1005	167	191	34	32	32
Calheta	616	1101	136	6	9	13	6	4
Santa Cruz da Graciosa	1251	1093	58	13	14	6	9	2
Velas	1074	1097	236	30	28	10	9	8
Praia da Vitória	4471	3123	552	38	52	16	16	18
Horta								
Corvo	64	117	69	2	6	1	0	0
Horta	3083	2403	374	227	50	12	26	4
Lajes das Flores	379	297	30	40	3	0	7	0
Lajes do Pico	1241	1069	84	24	18	2	5	4
Madalena	1249	1303	143	45	16	9	7	6
Santa Cruz das Flores	599	308	94	77	11	10	5	3
São Roque do Pico	780	660	47	29	10	6	3	4
Ponta Delgada								
Lagoa	2377	1281	181	51	38	12	21	8
Nordeste	1389	1302	133	43	14	12	7	2
Ponta Delgada	12999	7459	1247	555	272	217	108	55
Povoação	1421	1157	138	48	40	23	14	2
Ribeira Grande	4993	3022	356	133	166	37	39	18
Vila Franca do Campo	2582	1313	268	54	28	12	11	3
Vila do Porto	1285	394	64	30	26	5	5	4
Total	49947	33564	5215	1612	992	437	330	177
Percent.	53,27 %	35,80 %	5,56 %	1,72 %	1,06 %	0,47 %	0,35 %	0,19 %
Mandatos	3	2	0	0	0	0	0	0
Percent.	60,00 %	40,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

MADEIRA - Resumo da Votação por Partido na Região Autónoma

Concelhos	PPD/PSD	PS	CDS-PP	PCP-PEV	B.E.	PCTP/MRPP	PSN	MPT
Calheta	3721	949	1116	58	29	21	17	11
Câmara de Lobos	7388	3136	1105	346	88	66	57	34
Funchal	21960	21714	6538	2145	989	356	306	273
Machico	4046	5279	462	243	71	31	21	21
Ponta do Sol	2330	1130	525	55	38	18	19	16
Porto Moniz	1117	679	149	8	8	11	1	2
Porto Santo	1163	1137	133	17	14	9	5	7
Ribeira Brava	4076	1281	597	92	74	29	26	25
Santa Cruz	6060	5053	1486	361	121	76	76	49
Santana	2760	1306	447	58	25	23	26	27
São Vicente	1681	951	372	41	23	17	16	10
Total	56302	42615	12930	3424	1480	657	570	475
Percent.	46,31 %	35,05 %	10,63 %	2,82 %	1,22 %	0,54 %	0,47 %	0,39 %
Mandatos	3	2	0	0	0	0	0	0
Percent.	60,00 %	40,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

LEGISLATIVAS 99 - RESULTADOS

AR

Deputados eleitos

AVEIRO

João C. Gomes Cravinho
José Barbosa Mota
Antero G. Paiva Vieira
Rosa Maria S. B. Horta Albernaz
João C. C. Ferreira Silva
Luís A. C. Natividade Candal
Rui Manuel Leal Marquero

BEJA

Rui António Ferreira Cunha
António José Gavino Paixão

BRAGA

Francisco Mesquita Machado
Maria do Rosário Carneiro
António Ribeiro Reis
Sónia Silva Fertzuzinhos
António Silva Braga
Fernando Ribeiro Moniz
Laurentino Castro Dias
João Macedo Lourenço

BRAGANÇA

Armando António Martins Vara
José C. Correia Mota de Andrade

CASTELO BRANCO

António Oliveira Guterres
José Sócrates Sousa
Fernando Pereira Serrasqueiro

COIMBRA

Manuel Alegre de Melo Duarte
Fausto Sousa Correia
João Rui Gaspar de Almeida
Maria Teresa Ferreira Coimbra
José R. Ferreira dos Penedos

Luís M. F. Parreirão Gonçalves

ÉVORA

Luís M. Capoulas Santos
José Carlos Dores Zorrinho

FARO

José Apolinário Nunes Portada
Luís Manuel S. Silva Patrão
Joaquim A. Fialho Anastácio
Jamila B. Madeira
Luís M. Carvalho Carito

GUARDA

Maria Carmo P. Almeida Borges
António J. Santinho Pacheco

LEIRIA

Eduardo Luís B. Ferro Rodrigues
Osvaldo Sarmento e Castro
Carlos M. Bernado A. André
Isabel M. Batalha V. P. Almeida

LISBOA

António Almeida Santos
Jaime Gama
João Soares
Edite Estrela
António Costa
Pina Moura
Vera Jardim
Maria do Carmo Romão
Alberto Costa
Alberto Arons de Carvalho
Maria da Luz Rosinha
José Augusto Carvalho
Joaquim Raposo
Acácio Barreiros

António Galamba
Leonor Coutinho
José Magalhães
Helena Roseta
Artur M. Mora Coelho
Rui Vieira
Cláudio Monteiro
Francisco Torres
Maria Santos

PORTALEGRE

Júlio F. Miranda Calha
João Galinha Barreto

PORTO *

Fernando Gomes
Narciso Miranda
Francisco Assis
Maria de Belém
Alberto Martins
Manuel Maria Carrilho
Manuel dos Santos
Isabel Pires de Lima
Guilherme Oliveira Martins
José Lello
José Lamego
Luísa Vasconcelos
José Lemos
Jorge Strecht Ribeiro
José Saraiva
Paula Cristina Duarte
Barros Moura
Agostinho Gonçalves
* Devido a boicotes estão ainda por eleger três deputados neste distrito.

SANTARÉM

Jorge Lação Costa

Carlos Carvalho Cunha
Vitalino J. F. Prova Canas
Luísa Pinheiro Portugal
José Miguel Correia Noras

SETÚBAL

Jorge P. S. Almeida Coelho
Alberto Marques Antunes
M. Manuela B. Arcanjo M. Costa
Manuel Mata Cáceres
Joel E. N. Hasse Ferreira
Eduardo Ribeiro Pereira
M. Amélia Macedo Antunes
Paulo J. Fernandes Pedroso

V. CASTELO

António R. Esteves Solheiro
António A. Marques Júnior
José C. L. Tavares Pereira

VILA REAL

Vitor Caetano Ramalho
António Alves Martinho

VISEU

José Gouveia Junqueiro
Ana Benavente Silva Nuno
José Albuquerque Leitão
Miguel Albuquerque

ÁZORES

José M. Medeiros Ferreira
Luís M. Fagundes Duarte
Isabel M. Santos Barata

MADEIRA

José C. Pinto Basto Torres
Gil T. Cardoso Freitas França



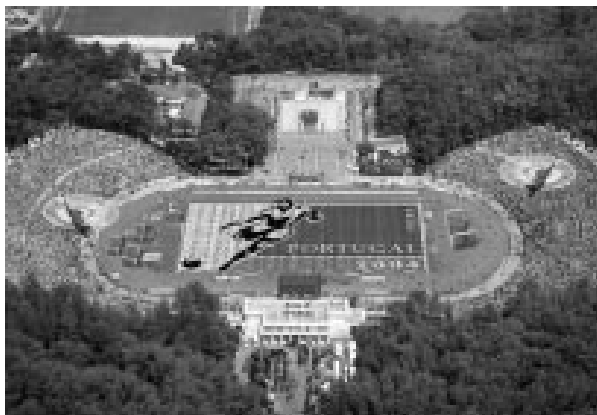
UM PAÍS MODERNO E PRESTIGIADO EM FESTA

É o reconhecimento da capacidade de organização do Portugal moderno, desenvolvido e sólido que está a ser construído. O Euro-2004 é nosso. Estamos, mais uma vez, de parabéns.

O Presidente da República saltou de alegria, o Conselho de Ministros aplaudiu, a oposição regozijou-se, Carlos Cruz chorou, os empresários rejubilaram e o país festejou a atribuição a Portugal do Europeu de futebol de 2004.

Em casa, nos cafés, na rua, junto às montas das lojas, o país parou, pouco passava das 15 horas, para ver o presidente da UEFA, Lennart Johansson, anunciar em Aachen (Alemanha), que Portugal iria organizar a fase final do primeiro Campeonato da Europa do século.

Considerado inicialmente um «intruso» na corrida à mais importante prova da UEFA para seleções, Portugal acabou por levar a melhor sobre a Espanha, um país que já «organizou tudo» e garantia poder acolher o Campeonato «já amanhã», e ao projecto conjunto austro-húngaro, que chegou a ser dado como o preferido dos dirigentes e apoiado por um «lobby insuperável» liderado pela Alemanha.



No Palácio de Belém, ladeado pelos jovens campeões europeus de Sub-18 (na Suécia) e pelo seleccionador Humberto Coelho, Jorge Sampaio saltou de alegria, enquanto o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, comentava: «O

país está na moda».

O PR chegou mesmo a comentar que a organização do Euro-2004 terá uma «impacto semelhante, para mais» em comparação com a Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

O primeiro-ministro, António Guterres, por seu turno, sublinhou que «Portugal está em grande forma», considerando tratar-se de uma «vitória de um país moderno e prestigiado no Mundo».

O ministro José Sócrates, um dos mentores da candidatura, garantiu que a UEFA «não se arrepende», enquanto Gilberto Madaíl, presidente da FPF, considerou que o futebol em Portugal «nunca mais será o mesmo».

Os presidentes dos três grandes clubes, João vale e Azevedo (Benfica), Jorge Nuno Pinto da Costa (FC Porto) e José Roquette (Sporting), fizeram o «pleno», exultando com a vitória da candidatura portuguesa. Mário de Almeida, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), referiu que a decisão é um «reconhecimento do desenvolvimento e da estabilidade que vem caracterizando o Portugal moderno».

Jorge Rocha de Matos, presidente da AIP (Associação Industrial Portuguesa), considerou que a atribuição da candidatura a Portugal uma decisão com «inegável importância para a economia portuguesa», enquanto, na Bolsa de Lisboa, as empresas de construção civil registaram subidas de cotação.

O sonho comanda a vida

«O sonho comanda a vida», foi assim que Carlos Cruz resumiu a caminhada vitoriosa de Portugal à organização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004 e respondeu aos que ao longo do processo desconfiaram do êxito da missão.

Três horas depois da boa nova ser anunciada em Aachen, na Alemanha, Carlos Cruz, presidente da Comissão de Candidatura lusa, «recuperou a fala» e apelou à reconciliação do futebol português e dedicou a todos quantos criticaram o projecto uma frase muito clara, retirada de um «poema bellissimo de António Gedeão»: «Eles não sabem nem sonham que o sonho comanda a vida».

«É preciso saber sonhar, não é sonhar a dormir é sonhar acordado e que sejam mais comedidos quando Portugal manifestar outras ambições», salientou Carlos Cruz, que aproveitou a ocasião para apelar a uma reflexão no futebol português.

«Gostaria de dedicar (este triunfo) de uma forma tranquila sem cinismos, a todos aqueles que nunca acreditaram. Os que fizeram afirmações públicas e privadas de que não tinham condições, que não éramos capazes. Afirmações de que o 2004 devia ir para Espanha. Eu vi isso escrito, vi isso na televisão», explicou Carlos Cruz.

«São-me completamente indiferentes os interesses, as tricas, tudo isso. As pessoas são responsáveis, se têm alguma costela onde vibre um certo portuguesismo, sem patrióticas, têm de sentar-se, conversar e perceber o que aconteceu. Mesmo tivéssemos perdido, isto obriga a que se pense seriamente de que os grandes actores do futebol em qualquer país são os jogadores e o público», prosseguiu.

Carlos Cruz entende que a organização do Europeu «pode continuar a dar às mesmas pessoas as mesmas mordomias, mas pode dar muito ao país, aos desportistas e à juventude. O grande argumento nesta candidatura foi exactamente a juventude, o futuro do futebol. O futuro do futebol da Europa passa pelos pequenos países».

Assim, segundo o presidente da comissão de candidatura, «será uma grande traição não fazer uma reflexão, sem mim, não tenho nada a ver com isso. Que façam em nome do país, em nome do orgulho nacional que, quer queiram quer não, subi muito alto, por termos ganho nas condições em que ganhámos e contra quem ganhámos. Não abdicou disso». Comentando as reacções à vitória portuguesa, sem particularizar, Carlos Cruz indicou que esta foi uma «vitória do entusiasmo, de um povo. De um empenhamento total e absoluto. Foi extremamente justa».

«Tanta gente do mundo do futebol europeu e tanta da UEFA não pode estar equivocada quando escolhe Portugal. Vitória do bom senso, do anticonservadorismo, do antireacionarismo, do futuro do futebol na Europa», explicou.

Os palcos e os seus custos

O Campeonato da Europa de futebol de 2004, cuja organização foi atribuída pela UEFA a Portugal, vai disputar-se em 10 estádios, cinco dos quais novos, de Norte a Sul do país.

No total, serão investidos praticamente 65 milhões de contos na construção/remodelação dos estádios, com o Governo a contribuir com 25 por cento desse montante, ou seja, mais de 15 milhões de contos.

Números que não assustam quer os responsáveis da candidatura quer o Governo, na medida em que se prevê, no plano meramente económico, a obtenção de assinaláveis lucros.

Se o público corresponder e verificar-se, por exemplo, uma afluência na ordem dos 70 por cento da lotação dos estádios, registar-se-á uma receita bruta de mais de 108 milhões de francos suíços (cerca de 12,5 milhões de contos).

Uma afluência de 100 por cento aumentaria esse valor para os 155,5 milhões de francos suíços (18 milhões de contos).

Em receitas líquidas, o Euro-2004 traduzir-se-á em valores que variarão entre os 93 milhões e os 133 milhões de francos suíços (11 milhões e 16 milhões de contos), respectivamente para 70 ou 100 por cento das lotações.

Em relação às infra-estruturas, Lisboa verá nascer o novo estádio do Sporting, José Alvalade II, e profundamente melhorado o estádio da Luz, com as bancadas do recinto do Benfica a serem totalmente cobertas, à semelhança do que sucederá, de resto, com os outros nove estádios.

No Porto o panorama será o mesmo, com a construção, de raiz, do novo estádio do FC Porto, das Antas, e remodelação do estádio do Boavista, o Bessa.

O estádio mais a norte será o novo Municipal de Braga, orçado em seis milhões de contos, e a sul, o Algarve ficará dotado com um novo Estádio Intermunicipal, Faro/Loulé, com idênticos custos.

Guimarães, Coimbra e Leiria verão os seus estádios receberem profundas obras de remodelação, e em Aveiro nascerá um novo recinto.

Nenhum dos estádios terá uma capacidade inferior a 30.000 lugares, sendo o maior, naturalmente, o estádio da Luz, anunciado palco da final, à qual poderão assistir ao vivo cerca de 70.000 pessoas.

Portugal oferecerá na prática mais dois estádios e praticamente mais 100.000 lugares que o Europeu do próximo ano, organizado conjuntamente por Holanda e Bélgica.

DESTAQUE – CM

Segurança ferroviária

ACABAR COM AS PASSAGENS DE NÍVEL

A revisão do Regulamento de Passagens de Nível, foi acordada na passada sexta-feira, dia 8, durante uma reunião de Conselho de Ministros em que ficou ainda estabelecida a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão das referidas passagens.

A ideia é que, no ano 2006, o índice de sinistralidade, associado à existência de passagens de nível, seja igual ou inferior a 50 por cento do verificado no ano de 1999.

A questão da segurança tem vindo a assumir especial relevância no âmbito do esforço de modernização do transporte ferroviário, destacando-se as acções em curso de ampliação dos sistemas de comando centralizado de tráfego e de controlo automático de velocidade.

As passagens de nível (PN) constituem, neste contexto, uma das componentes mais perturbadoras do sistema de exploração ferroviária, e embora se tenha assistido, nos últimos anos, a uma redução do número de acidentes nelas verificados, reconhece-se que o esforço de supressão de PN tem progredido de forma mais lenta que o desejável.

O diploma aprovado em reunião de Conselho de Ministros vem, assim, definir um quadro institucional para o incremento planeado das acções de supressão de PN, procedendo também à revisão do



Regulamento de Passagens de Nível (decreto-lei n.º 156/81 de 9 de Junho) designadamente no que respeita à sua classificação.

Em termos objectivos o diploma determina a proibição de estabelecimento de novas PN, devendo o atravessamento de linhas férreas, por novas vias de comu-

nicação, ser sempre realizado de forma desnivelada (admite-se que, excepcionalmente e por causas absolutamente justificadas, possa ser concedida licença de atravessamento de nível à linha férrea, caso a caso e por tempo previamente definido e estritamente necessário).

No caso de beneficiação ou reconstrução de vias rodoviárias que atravessem linhas férreas, deve ser previsto o desnivelamento das PN existentes, sempre que os volumes de tráfego ferroviário e rodoviário previstos para cinco anos após a realização do estudo de reclassificação ou de supressão assim o justifiquem (nos termos definidos pelo artigo 7.º do RPN).

O diploma estipula ainda que os organismos ou entidades que tenham a seu cargo vias ferroviárias ou rodoviárias deverão elaborar programas plurianuais de supressão de PN, devendo neles incluir as PN que se encontrem nas condições seguintes:

- Tenham registado dois ou mais acidentes nos últimos cinco anos;
- Se situem em troços onde se possam estabelecer circulações ferroviárias a velocidades superiores a 140 quilómetros por hora;
- Possuam, nos termos do artigo 7.º do RPN, níveis de circulação elevados ou se situem em via rodoviária com um Tráfego Médio Diário elevado;
- Que atravessem mais do que duas vias férreas;
- Que se devam considerar de particular perigosidade, quer pelas características das vias ferroviária ou rodoviária onde se situam, quer pelo tipo de tráfego rodoviário ou de peões que as utilizam.

DESTAQUE – CM

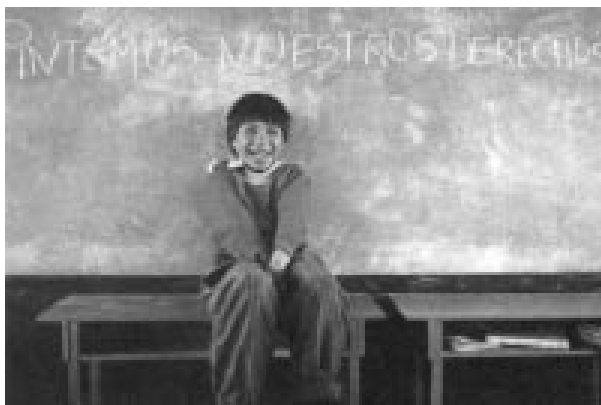
Nações Unidas

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Governo socialista aprovou, no passado dia 8, em reunião de Conselho de Ministros, o Plano de Acção para a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos.

À Comissão Nacional para a Comemoração do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e para a Celebração da Década das Nações Unidas, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/98, de 14 de Abril, cabe agora desenvolver, até 2004, as actividades necessárias à celebração da referida Década, tendo como principal vector a educação em Direitos Humanos.

Esta resolução aprova o Plano de Acção relativo a esta celebração, o qual deverá contemplar iniciativas como a produção de materiais didácticos para utilização por estudantes e outros destinatários; a realização de acções de divulgação de Direi-



tos Humanos (seminários, fichas de trabalho, textos comentados e ilustrados, exposições de carácter itinerante, vídeos e peças teatrais, discos e actualização constante do site oficial da Comissão na Internet); a realização, em cada ano abrangido pelo Plano de Acção, de um Congresso de Educação em Matéria de Direitos Humanos e a continuação da actividade editorial de legislação relativa aos direitos humanos.

A divulgação dos direitos humanos nos PALOP e em Timor Leste, directamente ou através de acções junto das respectivas comunidades residentes em Portugal, será outra iniciativa a desenvolver.

O Plano de Acção será objecto, anualmente, de um plano executivo, no qual serão discriminadas e especificadas as acções a realizar naquele ano, bem como o seu orçamento respectivo, o qual não deverá exceder 130 milhões de escudos/ano.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 8 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova a Plano de Acção para a Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos;
- Um decreto-lei que procede à revisão do Regulamento de Passagens de Nível e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível;
- Dois decretos-lei que estabelecem, respectivamente, o regime jurídico específico das cooperativas do ramo do consumo e o regime jurídico das cooperativas do ramo da comercialização;
- Um projecto de resolução que estabelece os aditamentos ao contrato de investimento, celebrado entre o Estado Português e a COFAP - Companhia Fabricadora de Peças, bem como a minuta ao anexo IV;
- Um decreto-lei que estabelece as normas a que ficam sujeitos os projectos de instalações de gás a incluir nos projectos de construção, ampliação ou reconstrução de edifícios, bem como o regime aplicável à execução da inspecção das instalações;
- Um diploma que altera o decreto-lei sobre a limitação da exploração de aviões que dependem do anexo 16 da convenção relativa à Aviação Civil Internacional, o qual exige uma determinada certificação acústica e as condições da respectiva isenção;
- Um decreto-lei que integra os directores e subdirectores escolares do quadro único do Ministério da Educação no grupo de pessoal técnico superior, exclusivamente para efeitos de concursos a cargos dirigentes;
- Um decreto-lei que revê a lei orgânica do Instituto de Reinserção Social;
- Um decreto-lei que regulamenta o abono para falhas a atribuir ao pessoal das tesourarias da Fazenda Pública;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprovou o Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos Nacionais;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a alteração à directiva comunitária constante da rectificação publicada no Jornal Oficial das Comunidades L.127, de 29 de Abril de 1998;
- Um decreto-lei que estabelece o regime da actividade de cogeração;
- Um decreto-lei que altera a escala indicatória dos internos do internato geral;
- Um decreto-lei que isenta de quaisquer taxas ou emolumentos todos os actos notariais e registrais consequentes de deliberações relativas a aumentos e reduções de capital e alteração do pacto social da SATA - Air Açores;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa ao registo das pessoas que viajam em navios de passageiros;
- Um decreto-lei que autoriza a integração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração na Universidade de Aveiro;
- Um decreto regulamentar que regulamenta a aplicação do decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro às carreiras com designações específicas do quadro do pessoal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Um decreto que aprova o Acordo Administrativo relativo à Aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República do Chile, assinado em Lisboa, em 25 de Março de 1999;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Santiago do Cacém e Quinta do Barros, no município de Santiago do Cacém, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Santiago do Cacém;
- Um decreto que aprova a convenção sobre a Avaliação dos Impactos Ambientais num contexto transfronteiras, concluída em 25 de Fevereiro de 1991;
- Um decreto que aprova o acordo de transporte aéreo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo de Macau;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Sado-Sines;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal de Sousel;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal da Lourinhã;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal de Vendas Novas;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal da Covilhã;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Pampilhosa da Serra, que consiste na alteração ao artigo 39º do Regulamento;
- Uma resolução que prorroga a nomeação do encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para a questão de Timor;
- Uma resolução prorroga a nomeação do encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para as questões da convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas;
- Um projecto de resolução que nomeia Henrique Manuel Vilela da Silveira Borges encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para os assuntos ligados à Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Um decreto-lei que estabelece o estatuto legal da carreira de técnicos de diagnóstico e terapêutica;
- Um diploma que altera o decreto-lei que define um regime específico de complemento de habilitações dos professores de habilitação suficiente vinculados ao ministério da Educação.

DESTAQUE - CM

Consumo e comércio

NOVO REGIME PARA COOPERATIVAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, em Lisboa, dois decretos-lei que estabelecem, respectivamente, o regime jurídico específico das cooperativas do ramo do consumo (revogando o decreto-lei n.º 304/81, de 12 de Novembro) e o regime jurídico das cooperativas do ramo da comercialização (revogando o decreto-lei n.º 311/81, de 18 de Novembro). Estes diplomas vêm adaptar os regimes jurídicos das cooperativas de consumo e das cooperativas do ramo da comercialização ao código cooperativo que entretanto entrou em vigor, eliminando normas que consubstanciavam repetições inúteis (por já constarem do referido código) ou que representavam um desvio injustificado a normas gerais previstas nesse código.

Os diplomas prevêem ainda a possibilidade de de ambos os tipos de cooperativa desenvolverem actividades de outros ramos cooperativos (enquanto cooperativas multisectoriais) e em ordem a assegurar-se uma maior transparência no exercício da actividade cooperativa, estabelecem a obrigatoriedade de verificação legal das contas, sempre que verificados determinados requisitos.

Por fim, e tendo em vista a necessidade de incrementar a participação dos cooperadores na vida e actividades da cooperativa, os diplomas consagram a possibilidade dos estatutos das cooperativas preverem a existência de um Conselho Cultural, que poderá ter competências delegadas pela direcção da cooperativa para o planeamento, promoção e execução das acções de dinamização associativa e de educação e formação cooperativas.



DESTAQUE - CM

Investimentos

MAIS INCENTIVOS PARA EMPRESAS

O Executivo socialista deu luz verde aos aditamentos ao contrato de investimento celebrado entre o Estado Português e a Cofap - Companhia Fabricadora de Peças. A decisão foi tomada, na passada sexta-feira, dia 8, na reunião de Conselho de Ministros, realizada em Lisboa. Este diploma vem conceder à Cofaeuropa - Indústria de Componentes para Automóveis, SA, sociedade de direito português, com sede no Núcleo Industrial de Murte, Concelho de Cantanhede, no âmbito do projecto objecto do contrato de investimento que os promotores celebraram com o Estado Português, representado pelo ICEP, um incentivo fiscal correspondente a 10 por cento das aplicações relevantes do projecto, com exclusão dos custos elegíveis de formação profissional efectivamente realizadas e até ao montante global de: 1.360.500.000\$00 (mil trezentos e sessenta milhões e quinhentos mil

escudos), nos seguintes termos:

- Dedução até à concorrência da parte do montante apurado nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que respeita à actividade industrial desenvolvida pela Cofaeuropa, do valor dos investimentos feitos em cada um dos exercícios que decorram até 31 de Dezembro de 2003, na parte do incentivo fiscal não aproveitada nas restantes isenções concedidas;
- Isenção do Imposto de Selo relativo aos actos, sujeitos a escritura pública, exigidos pela constituição da Cofaeuropa, para a realização global do investimento;
- Isenção de Sisa relativamente aos imóveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1992 e destinados ao exercício da actividade industrial da Cofaeuropa;
- Isenção até 31 de Dezembro de 2003, inclusive, da Contribuição Autárquica relativamente aos prédios utilizados na actividade industrial da Cofaeuropa.

LISBOA

Guterres e Lipponen sublinham

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TEM DE SER PRIORIDADE NA UE

Os primeiros-ministros portugueses e finlandês sublinharam no passado dia 5, em Lisboa, a importância de a União Europeia (UE) dar passos significativos em matéria de combate ao crime organizado. António Guterres e Paavo Lipponen, cujo país preside actualmente à UE e que antecede a presidência portuguesa, falavam numa conferência de Imprensa conjunta no final de uma reunião em que estiveram a preparar a realização das cimeiras de Tampere e de Helsínquia.

«Este é o momento de dar passos extremamente significativos» em matérias como o combate ao crime organizado, a harmonização dos processos judiciais e a cooperação nas questões do asilo e da imigração», salientou António Guterres. Paavo Lipponen repetiu os pontos focados pelo seu homólogo português e enfatizou a importância de a Cimeira de Tampere «enviar uma mensagem muito clara» sobre aquelas matérias e, em particular,



quanto à necessidade de haver políticas comuns de imigração e de asilo na UE. O primeiro-ministro finlandês defendeu o

reforço dos poderes da Europol, referiu-se ainda à concordância registada na reunião sobre «um aspecto particular» da le-

gislação judiciária que consiste em proteger as vítimas de crimes, as testemunhas e as pessoas acusadas da prática desses crimes.

O primeiro-ministro português focou também a preparação da Cimeira Extraordinária da UE sobre o emprego e as reformas económicas, tendo ficado acertado que os dois governantes irão enviar cartas aos restantes países da Comunidade no sentido de obter os maiores contributos possíveis para aqueles dossiers.

António Guterres realçou ainda a excelente articulação que tem havido entre a presidência finlandesa e os responsáveis portugueses que assumirão os destinos da UE a partir de Janeiro do próximo ano.

A presidência portuguesa «tem que ser eficaz», frisou António Guterres, pelo que «terá de vir na continuidade dos processos desenvolvidos» pela Finlândia «num espírito de excelente entejada e total compreensão» com o Governo de Lisboa.

PARIS

UNESCO

FEDERICO MAYOR INAUGURA EXPOSIÇÃO SOBRE PARQUE DE FOZ CÔA

Uma exposição sobre o Parque Arqueológico do Vale do Côa foi inaugurada na sede da UNESCO, em Paris.

A cerimónia, que decorreu no dia 29, foi presidida pelo director-geral da UNESCO, Federico Mayor, na presença do ministro da Cultura português, Manuel Maria Carrilho. «Mais vale um exemplo do que 100 discursos», disse o director-geral da UNESCO, acrescentando: «Foz Côa é um exemplo de como um país pode reconhecer que existem alguns valores supremos a salvaguardar, que existem locais excepcionais, e aí é necessário ter imaginação e vontade política para encontrar a solução».

Tal como já tinha feito em 1997, quando visitou Foz Côa, Federico Mayor quis testemunhar o «seu reconhecimento ao Presidente da República, Jorge Sampaio, e ao Governo português, pela coragem e lucidez que mostraram relativamente a Foz Côa».

«Desejo que o exemplo de Foz Côa, que é histórico a vários níveis, demonstre que há Estados que podem responder aos apelos da UNESCO, exemplo que seja seguido pelos outros Estados-membros da organização», acrescentou Federico Mayor.

«O problema estava aberto há quatro anos quando chegámos ao governo», disse, por seu turno, o ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, adiantando: «O governo as-



sumiu que na visão que tem do desenvolvimento a dimensão cultural é uma dimensão decisiva».

«A partir desta noção, quando se tem um património deste valor, isto é algo de excepcional, que tem que ser tomado em conta. Dois anos depois de se ter suspenso a barragem, o Foz Côa foi considerado como património mundial e temo-lo hoje em todos os fóruns do património mundial como um exemplo a seguir», acrescentou o ministro da Cultura.

Foz Côa, que pode abrir as portas do Comité do Património Mundial da UNESCO a um representante de Portugal, na eleição dos 17 membros terá lugar em finais do mês de Outubro.

Manuel Maria Carrilho comentou: «A exposição sobre Foz Côa na UNESCO é uma pura coincidência, mas é provável que ajude a algumas conversas que têm que ter lugar. Penso que o processo está bem encaminhado e há que ser optimistas quando à eleição de um português para esse Comité».

Esse português é Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico de Mértola.

Para Cláudio Torres, o Parque de Foz Côa é um bom argumento de campanha, pois «é um exemplo raro, um pequeno país que atrai fora milhões para salvar um conjunto patrimonial e cultural, um exemplo que correu o mundo e teve impacto internacional». «De uma certa forma, nós queremos também aproveitar esse impacto para participar, com voz activa, no Comité do Património Mundial», acrescentou Cláudio Torres.

PSF

Primeiro-secretário afirma

EXTRADIÇÃO DE PINOCHET É «UM PROGRESSO DO DIREITO E DEMOCRACIA»

A decisão da justiça britânica de autorizar a extradição para Espanha do antigo ditador chileno Augusto Pinochet é «um progresso do direito e da democracia», afirmou no dia 9 o primeiro secretário do Partido Socialista francês (no poder), François Hollande.

«Foi preciso muito tempo para obter esta autorização de extradição. Agora é necessário que o julgamento possa ter lugar, nem que seja para só para que a verdade

seja estabelecida e que os que se entregaram a violações contra os direitos humanos possam não só ser julgados como condenados», adiantou.

A justiça britânica autorizou recentemente a extradição para Espanha de Augusto Pinochet, avalizando as acusações e torturas lançadas por Madrid contra o ex-ditador chileno.

Fontes próximas de Pinochet anunciaram de imediato que iriam interpor recurso.



Albufeira

«Não está! Ou a saga do director-geral»

Nos próximos dias 15 e 16, às 21 e 30, a ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve vai apresentar no Auditório Municipal de Albufeira a peça «Não está! Ou a saga do director-geral».

Com textos de Tchekhov, Almada Negreiros, Raul Brandão e Luís Vicente, a quinta produção da companhia algarvia é encenada por Luís Vicente que também participa como actor, a par de Pedro Ramos, Anthony Barbosa e Elisabete Martins.

Cascais

Mais infra-estruturas de saneamento básico

Que bela maneira de assinalar mais um aniversário da implantação da República. O Bairro das Neves, em Cascais, conheceu no passado dia 5 de Outubro as novas infra-estruturas de abastecimento de água, electricidade, telefones, esgotos e pavimentação, que vão beneficiar as mais de duas centenas de pessoas residentes nesta zona. Recorde-se que o Bairro das Neves, situado junto da estrada das Neves, em Manique, foi o primeiro loteamento ilegal a entregar, em 1988, um processo de recuperação na Câmara Municipal de Cascais. O investimento da autarquia para a instalação das infra-estruturas básicas ultrapassou os 107 mil contos.

Coimbra

Câmara subsidia centro para crianças e jovens convalascentes

A Câmara Municipal de Coimbra aprovou no dia 11 a atribuição de um subsídio de oito mil contos à Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis, para um projecto que visa acolher crianças e jovens em convalascentença.



Intitulado «O Roseiral Vermelho», o projecto destina-se a hospedar crianças e jovens transplantados ou portadores de outras doenças, que já não precisam de estar internados mas que, por razões de ordem médica, tenham de se manter próximos do hospital.

Para concretizar a iniciativa, a Comunidade propõe-se adquirir uma habitação pre-

fabricada, com capacidade para dez utentes, a instalar em Eiras (Coimbra), no mesmo espaço onde se encontra sediada a instituição.

A Comunidade é uma instituição particular de solidariedade social onde vivem crianças e jovens desprovidas de meio familiar normal, aprendendo a ser «responsáveis por si e pelos outros».

Na reunião do dia 11, o Executivo da Câmara Municipal de Coimbra aprovou igualmente a cedência de um terreno na zona do Tovim para a Cáritas Diocesana edificar um Centro de Emergência Social.

A infra-estrutura destina-se a apoiar pessoas carenciadas, acolher e encaminhar situações de precariedade e prestar serviços de higiene pessoal, tratamento de roupa e refeição.

Fafe

Câmara dá três mil contos para Timor

O município de Fafe vai contribuir financeiramente com a verba de três mil contos como ajuda humanitária ao martirizado povo de Timor-Leste.



Entretanto, a autarquia deliberou por unanimidade criar o Conselho Local de Educação, uma estrutura com base na iniciativa do município e que tem a participação dos diversos agentes e parceiros sociais, com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais.

Faro

Homenagear António Ramos-Rosa

Desde o passado dia 13 e até 17 de Outubro, em Faro irá ser servida poesia.



Trata-se de um vasto conjunto de actividades, resultantes de uma colaboração entre poetas e a autarquia de Faro, com o objectivo de difundir e promover a poesia, homenageando o grande poeta contemporâneo que é António Ramos-Rosa.

Assim, no próximo dia 17, data em que o poeta, natural de Faro, completa 75 anos, Faro veste fato de gala e no Clube Farense, a partir das 16 horas, presta-lhe a homenagem através de uma intervenção poética «A voz inicial», coordenada por Gastão Cruz e através de intervenções do ministro da Cultura e do presidente da Câmara Municipal de Faro.

Lisboa

Mais habitação social

A notável obra do vereador Vasco Franco na área da habitação continua a dar frutos. O objectivo de eliminar as barracas, vergonha de nós todos, deu mais um passo no passado dia 1 com a entrega das chaves de mais habitações sociais.



Oitenta e três famílias que viviam em barracas no Alto dos Moinhos receberam no passado dia 1 as chaves das suas novas casas no Bairro do Charquinho, em Benfica, para onde a maioria quer mudar o mais rapidamente possível.

Pelos sete novos prédios do Charquinho, um bairro municipal com cerca de 40 anos onde existem as chamadas «habitações económicas», estão distribuídos os 83 fogos de carácter social.

Depois da breve cerimónia de entrega das chaves, onde estiveram presentes, entre outros, Vasco Franco, presidente em exercício da Câmara Municipal de Lisboa e Eduardo Vilaça, presidente do Instituto Nacional de Habitação, foi altura de conhecer as casas ainda por estrear.

Os novos apartamentos têm duas, três, quatro e cinco assoalhadas e foram atribuídos consoante o número de pessoas de cada agregado familiar.

As rendas também vão variar conforme o rendimento de cada família.

Magnólia Domingos, de 25 anos, foi uma das primeiras pessoas a receber a chave do apartamento de três divisões que vai partilhar com os quatro filhos com

idades compreendidas entre os três meses e os cinco anos.

«É enorme!», foi a primeira coisa que disse depois de conhecer o apartamento que lhe foi atribuído.

«Vivia numa barraca com uma sala e um quarto pequeno, agora os dois meninos e as duas meninas passam a ter um quatinho só para eles, assim como eu», explicou Magnólia Domingos que vivia há 15 anos no Alto dos Moinhos.

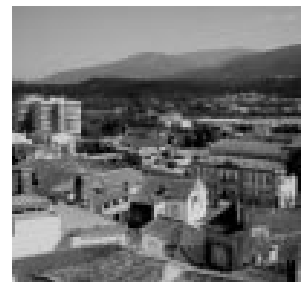
Porém, ainda nem tudo está pronto junto aos novos prédios. Os arruamentos não estão terminados e o pó é ainda muito, mas Vasco Franco garante que dentro de um mês já tudo estará pronto.

Relativamente às 197 famílias do Alto dos Moinhos que ainda não foram realojadas, o presidente da autarquia em exercício adiantou que a maioria irá para o Paço do Lumiar e, caso seja necessário, as restantes para Telheiras.

Miranda do Corvo

Centro de Artesanato do Carapinhãl

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo aprovou recentemente o lançamento do concurso da segunda fase de construção do Centro de Artesanato do Carapinhãl, bem como o seu programa de concurso, caderno de encargos e projectos das especialidades técnicas necessárias à execução da obra.



De salientar que o Centro de Artesanato deverá promover a realização de exposições, acções de formação e promoção, conferências e acções de divulgação, serviços de informação aos artesãos, acervo museológico e ateliers de divulgação e aprendizagem destinados às camadas mais jovens.

Sintra

Novo equipamento social ao serviço da população

A Câmara Municipal de Sintra procedeu no passado dia 29 de Setembro, pelas 20 horas, à entrega de um conjunto arquitectónico contíguo ao espaço museológico de São Miguel de Odrinhas, à paróquia de São João das Lampas, para usufruto da população de Odrinhas e povoações circundantes.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Congresso em Dezembro

O X Congresso do PS/Açores realiza-se a 10, 11 e 12 de Dezembro na ilha de S. Miguel, anunciou na passada segunda-feira o dirigente socialista Dionísio Sousa.

A data da reunião magna dos socialistas açorianos foi decidida no encontro do Secretariado Regional, que serviu, ainda, para análise dos resultados das eleições legislativas de domingo. O camarada Dionísio Sousa realçou que o PS alcançou nos Açores a maior votação obtida por qualquer partido em todos os círculos eleitorais, o que significa que «existe uma factor regional», substanciado no líder do socialistas açorianos, Carlos César, e no trabalho do Executivo das ilhas.

Vencer as regionais

Adiantou, ainda, que a derrota do PSD nas legislativas veio «revelar que Mota Amaral já estava morto» politicamente.

Segundo o dirigente socialista, a vitória do PS permitirá ao partido «trabalhar mais e melhor» para vencer as eleições regionais do próximo ano.



ÉVORA

Comunicado da Federação

A Federação Distrital de Évora do PS, num comunicado, congratulou-se com o resultado eleitoral obtido no distrito.

«Com uma votação de 45,6 por cento, o PS conseguiu, no distrito de Évora, o seu melhor resultado eleitoral de sempre em eleições legislativas», lê-se no comunicado.

«Nestas eleições o PS foi a única força política que cresceu eleitoralmente no distrito, tendo aumentado em três pontos percentuais a sua votação comparativamente a 1995. Essa subida fez-se à custa da CDU que desceu 2,3 por cento e do PSD que desceu 1,4 por cento», referem os socialistas de Évora.

Os socialistas sublinham ainda que «foi, de resto, a primeira vez que o PS conseguiu no distrito de Évora um resultado percentual superior à média nacional».

LEIRIA

PS saúda Euro-2004

A Federação Distrital de Leiria do PS, num comunicado do dia 12, «congratula-se com a escolha de Portugal como país anfitrião do Campeonato Europeu de Futebol de 2004». Segundo o PS/Leiria, «a escolha de Portugal por parte da UEFA vem premiar o esforço

desenvolvido pelo Governo português e o enorme trabalho diplomático em várias frentes, conduzido pelo ministro adjunto, José Sócrates, pelo secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, por Carlos Cruz, nomeado pelo Governo para liderar a nossa candidatura e bem assim pela Federação Portuguesa de Futebol».

O comunicado refere ainda que «com a escolha de Portugal para o Euro-2004, ganha o país, que vê internacionalmente reconhecida a sua capacidade de realização e ganha Leiria, cuja cidade e região fazem parte do conjunto de cidades de acolhimento».

PORTO

Narciso analisa resultados

O presidente da Federação Distrital do PS/Porto atribuiu no dia 11 à estrutura nacional do partido a vitória alcançada nas eleições legislativas a nível do distrito, que irá «ver reforçadas as suas responsabilidades».

Com os resultados obtidos pelo PS no Porto, ligeiramente superiores à média nacional, a estrutura partidária «passa a ter mais responsabilidades», que pretende «assumir com grande humildade Política», afirmou o camarada Narciso Miranda.

Em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião do Secretariado da Federação Distrital convocada para avaliar os resultados eleitorais, Narciso Miranda sublinhou que «António Guterres é o grande responsável da vitória do PS no distrito».

«A responsabilidade advém do facto de estar hoje demonstrado que o PS vai governar para além dos quatro anos que já governou», acrescentou.

Questionado sobre uma eventual disponibilidade para integrar o futuro Governo, o líder da distrital escusou-se a responder, alegando ser «um problema que cabe inteiramente ao secretário-geral do PS, António Guterres».

«Não é legítimo, aceitável, ou eticamente correcto se aparecerem sugestões ou opiniões noutro sentido», frisou, salientando que se trata de uma questão a tratar em estruturas próprias.

«Reafirmo, com convicção, que gosto muito de trabalhar a favor do PS, sou um operário permanentemente disponível ao serviço do partido, mas não gosto muito de falar em cargos», concluiu.

Relativamente à subida do nível de abstenção registado nas eleições legislativas do passado domingo, Narciso Miranda reconheceu tratar-se de uma situação «preocupante», e sugeriu uma maior flexibilidade dos cadernos eleitorais.

«A prática que está a ser seguida em Portugal de impor que os cadernos eleitorais sejam constituídos por ordem alfabética vai no sentido de facilitar a vida aqueles que organizam as eleições, à custa do sacrifício dos cidadãos, que muitas vezes têm de percorrer quilómetros para poder votar», sublinhou.



CAMARADA MANUEL ALEGRE DEFENDE UMA VIRAGEM À ESQUERDA DO PS

O deputado socialista Manuel Alegre defendeu no dia 12 uma viragem à esquerda do PS, lançando um recado para o interior do partido, onde, afirma, há «gente que pode não ter percebido o que se passou».

Em entrevista ao jornal «Público», o cabeça de lista socialista em Coimbra, e grande referência da esquerda portuguesa, considera que é necessária uma «reflexão calma», de modo a «não deturpar o sentido do voto do povo, desviando o PS para a direita».

«António Guterres levou o PS o mais longe possível, mas agora tem de olhar para a sua esquerda e o caminho é o da esquerda plural», considera Manuel Alegre,



que teme que «haja tendência no PS para sobrevalorizar o fenómeno da abstenção». Para o histórico deputado socialista, o mais importante não é a abstenção, mas sim um «facto novo», a votação no Bloco de Esquerda, que, em sua opinião, recolheu votos de um «eleitorado jovem» e que tem «uma dinâmica que não é de descer, mas de aumentar».

«Temo que haja (no PS) quem não faça as contas e que subtraia o PS ao resto da esquerda para somar ao PP», sublinha Alegre, que garante que o partido «não pode ir por um caminho desses», já que isso significaria que «na direcção do PS há quem não tenha compreendido nada do que se passou».

Assumindo a «amizade» e «solidariedade» com o camarada António Guterres, o dirigente histórico do PS assume que vai «lutar» pela viragem do PS à esquerda, porque entende que, «depois de quatro anos no governo» e de «ter obtido a sua maior vitória eleitoral de sempre», «talvez tenha chegado ao seu limite».

«Os resultados demonstram que há um eleitorado de centro-direita que, por mais desiludido que esteja, nunca votará no PS», diz, concluindo que «o caminho do futuro de uma maioria absoluta de esquerda é um caminho lento, difícil, carregado de escolhos, mas é o da esquerda plural».

PERSPECTIVA

José Medeiros Ferreira

UM POUCO MAIS DE ESQUERDA



Ainda bem que o Presidente da República manteve a realização das eleições para a data prevista, apesar do clima de comovimento criado em Portugal desde as primeiras consequências trágicas da consulta popular em Timor Lorosae. Se tivesse caído em tentação, já não haveria regime político democrático propriamente dito, tanto mais que se seguiu a morte de Amália Rodrigues e a vitória da selecção de futebol com os cortejos multitudinários próprios das sociedades em transe. A sequência das ondas emocionais foi, aliás, impressionante. Mesmo assim, haverá que indagar, rapidamente, sobre o estado da opinião pública em Portugal após esta sucessão de cartazes colectivos, cujo traço comum é o da alienação da capacidade individual de julgar os acontecimentos e a evasão do terreno que nos é próprio. É certo que essas manifestações súbitas de comunhão compulsiva também apareceram em sociedades tão desenvolvidas como a belga perante a revelação chocante de casos de pedofilia e como a francesa do Mundial de Futebol, porém o mais provável é tratar-se, entre nós, da revivência de um mundo antigo em valores e comportamentos cuja primeira característica é a do abandono da razoabilidade e da individualidade. Terá sido assim a reacção ao ultimatum inglês? Essa mesma reacção que

levaria à queda da monarquia constitucional e à sua substituição pelo regime republicano num percurso que levou 20 anos, mas que não deixou de ser irreversível. O paralelo já foi feito várias vezes, mas sem aprofundar as consequências políticas do populismo mediático. Note-se assim que desse processo emergiu o Partido Republicano, que sempre haveria de introduzir algum elemento de racionalidade para atingir o objectivo de um novo regime político, enquanto que agora só agem os meios de comunicação social numa lógica de audiências e de mobilização cujo controlo acaba por lhes escapar. E embora ninguém se queixe, já houve formas públicas de uniformizar comportamentos, com a propagação de sinais exteriores de aceitação ostensiva de palavras de ordem ou de locais de culto e celebração. Até aqui tudo pode parecer justo e perfeito, todavia daqui se pode partir para manifestações mais próximas da imposição do que da sugestão. A análise da situação ainda se torna mais complexa pela justaposição de elementos tradicionalistas e de elementos inovadores nas variadas manifestações colectivas ocorridas no País nas últimas semanas. Se ainda não há o pathos totalitário, já se lançaram sementes de anarquia. Enquanto o fenómeno populista à volta de Amália Rodrigues tem a marca inofensiva de um

cortejo tradicionalista, o caso de Timor reúne uma multidão de elementos heterogêneos que só o futuro se encarregará de decompor. Porém, a reunião temporal da mobilização timorense com a celebração da memória da cantadeira facista com maior pathos nacionalista fez pender a balança para o Portugal de Leitão de Barros. É certo que o Partido Comunista, incorrigível naquele seu jeito notarial de passar certificados de bom comportamento político, veio a terreiro informar que a cidadã Amália Rodrigues contribuiu financeiramente para as actividades do PC, o que não é de admirar. O que é de admirar é ter o Partido Comunista aceite o óbolo! Mas ele lá terá as suas razões...

Não está em causa nem a voz singular de Amália nem o seu lugar natural e cultivado na galeria dos notáveis que o povo adora. Ela própria sabia que pertencia à categoria altíssima da elite popular a quem os poderosos fazem vénia. Mas tal não deve chegar para fazer dos Jerónimos um cemitério... Depois do fado veio o futebol. Foi excelente a qualificação para a final do europeu e Humberto Coelho está de parabéns. O regresso das frases épicas foi no entanto mais um exagero próprio da época. Neste contexto, a campanha eleitoral foi, apesar de tudo, um factor de consolidação do regime democrático, muito embora excessivamente personalizada e tremendamente simplificadora e re-

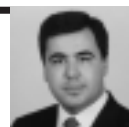
duzida nas mensagens políticas transmitidas. Ora, o País, que se comovera intensamente com Timor, com Amália e com a qualificação da selecção portuguesa de futebol, ocorreu em número significativo às urnas para manter o Partido Socialista e António Guterres no Governo e para eleger uma Assembleia da República mais à esquerda do que a anterior. O País provou que não se quer entregar nas mãos da direita, antiga ou moderna, e que se reconhece mais numa política decidida de esquerda do que nas águas mornas do fim das ideologias. Em termos do debate interno no Partido Socialista, ficou provada a justiça da moção «Falar é preciso» subscrita, entre outros, por Manuel Alegre, Alberto Martins, Eduardo Pereira, Strecht Ribeiro, Helena Roseta, Fernando Pereira Marques e por mim próprio. Uma opção mais clara em questões tão sensíveis como as leis laborais, a reforma do sistema fiscal e da segurança social é exigida pela maioria política expressa nas urnas.

Uma última palavra para as eleições nos Açores. O Partido Socialista atingiu neste círculo eleitoral a sua maior percentagem a nível nacional. E o adversário chamava-se Mota Amaral, que se bateu como um leão. Sinto-me orgulhoso por ter ajudado a derrotar pela primeira vez um adversário tão qualificado. In «Diário de Notícias»

ECONOMIA

José Conde Rodrigues

O SISTEMA URBANO E OS FUNDOS COMUNITÁRIOS



Com a entrada em vigor do novo Quadro Comunitário de Apoio, muitas serão as prioridades de investimento para desenvolver o nosso país.

Uma dessas prioridades será, tudo o indica, a renovação e aperfeiçoamento do nosso sistema urbano. Compreende-se, pois cada vez mais o país vive em cidades e estas representam o espaço cívico por excelência onde se cruza o crescimento económico com o dia a dia. A qualidade de vida passa essencialmente pela qualidade das cidades, quer sejam pequenas ou grandes.

De facto, num mundo onde a distância e o tempo se aproximam, o espaço urbano ressurge como um novo centro. É na cidade que, hoje em dia, se concentram todos os paradoxos da vida moderna. Na cidade coincidem: o rejuvenescimento da democracia com a mais clara apatia social; a opulência com a exclusão e a pobreza; a inovação com a burocracia. Ora, num momento em que o próprio Estado-Nação atravessa mais uma crise, num período em que se refazem fronteiras na nossa Europa, a cidade, essa polis de conflito e consenso, ganha um novo lugar cimeiro. Mas, um novo olhar sobre a cidade implica, ainda assim, ter em conta o seguinte:

Nos debates sobre o ordenamento do território e suas respectivas consequências económicas-sociais, fala-se muito na litoralização do nosso país. Porém, hoje, assiste-se a um fenómeno novo que exige a atenção urgente dos agentes do desenvolvimento e respectivos

decisores institucionais. Trata-se de uma nova polarização do interior. Ou seja, para além da crónica fuga das populações para o litoral, hoje assiste-se à sua fuga para as chamadas «cidades médias», os novos polos que agrupam as populações deixando o «hinterland» vazio.

Trata-se, assim, de um novo desafio para aqueles que entendem que o processo de desenvolvimento deve obedecer a algum equilíbrio, ainda que instável.

Que fazer para acertar o passo com nova realidade?

Incentivá-la, através da hiperconcentração dos investimentos públicos e privados nessas «pequenas metrópoles» ou, tentar fixar um espaço mais diversificado, alargando esse investimento a cidades mais pequenas, aproveitando o seu potencial endógeno e evitando a concentração?

Sabemos hoje que, cada vez mais, as cidades devem ter um papel determinante no desenvolvimento sustentável de cada território. Sabemos também que a evolução humana tem sido no sentido da urbanização face ao velho modo rural predominante. Mas sabemos também que o território não urbano não deve ser abandonado sob pena desse abandono gerar problemas de equilíbrio social e ambiental.

Desse modo, apesar do papel crescente dos centros urbanos, e dentro destes, dos de maior dimensão, uma política adequada ao equilíbrio territorial deverá ter em conta espaços mais pequenos: as aldeias, as vilas e as pequenas cidades. É o conceito de rede no território que se deve ter em conta e não a discussão do es-

paço urbano em causa.

Assim qualquer ajuda, ou programa especial de apoio às cidades, quer de âmbito económico quer no âmbito da requalificação urbana não deverá descurar esta nova realidade. Não podemos correr o risco de perder esta etapa e agravar mais as desigualdades no domínio da qualidade de vida.

Por fim, mas não menos importante, constata-se que os investimentos públicos necessários para a realização das infra-estruturas urbanas têm um peso considerável na gestão macroeconómica das economias nacionais e até na própria economia da União Europeia. As grandes cidades exercem assim uma enorme pressão sobre os recursos públicos, para além de criarem os indesejáveis problemas ambientais.

Como articular as cidades em rede; como equilibrar os novos «polos» urbanos, com o meio rural envolvente; como digitalizar as suas infra-estruturas de informação; como unificar os seus centros históricos; como garantir o correcto equilíbrio entre trabalho e lazer; serão as questões a equacionar na nova prioridade. Mas para dar corpo a tal desiderato há que garantir o financiamento adequado, os respectivos meios humanos e materiais, bem como a vontade política para a sua correcta execução.

É face a estes cenários que devemos aproveitar todos os recursos do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006). A qualificação dos sistemas urbanos deve ser uma prioridade. A gestão do território, a racionalidade da localização dos equipamentos sociais, a rede

das infra-estruturas, o aproveitamento das potencialidades da comunicação, devem constituir a moldura do financiamento comunitário nesta área, com razoabilidade e eficácia. Devem ser evitados os desperdícios em burocracias inúteis, em comissões de trabalho, em estudos repetidos, etc. A responsabilidade pela gestão dos recursos deve ser clara e territorializada, as opções devem ser verificáveis com parcerias activas envolvendo os executores.

Em suma, a cidade pode e deve constituir a nossa ponte com a humanidade, superar fronteiras, ser, no fundo, o nosso grande laço com o «outro» que está sempre ao pé de nós. O Homem vive envolto na sua circunstância histórica e social, ele habita a cidade, que faz naturalmente parte dessa mesma circunstância. Mas o Homem também ajuda a construir a sua cidade, ele pode fazer uma cidade melhor. Reconstituindo a família, a escola, o bairro, fomentando o civismo, a cultura da responsabilidade. Afinal a cidade também é isso. Ela é, e tem sido, o berço, o chão do humanismo e deve recuperar esse lugar nos dias de hoje.

Uma aposta séria na qualificação dos nossos sistemas urbanos será o melhor exemplo de convergência real no aproveitamento dos fundos comunitários. Com opções estratégicas claras, com uma organização eficaz e meios financeiros adequados, mas também integrando as cidades no território contíguo, aproximando as pessoas e afastando o risco das «pequenas metrópoles» se alcançará o novo patamar do nosso desenvolvimento humano.



FALTAM LICENCIADOS À ECONOMIA?

Na Alemanha, país motor da economia mundial, mais de metade dos grandes responsáveis e decisores económicos não passou pelo sistema de ensino superior.

Estamos a assistir em Portugal à queda vertiginosa dos valores éticos e até estéticos das induções e instigações para um país que se pretende moderno dinâmico e humano.

Modernizar um país implica ter uma população crente, formada, informada e entusiasmada. O que se observa é apatia, frustração, desinteresse e muita ansiedade.

No que concerne à formação de quadros, à posterior colocação e consequente utilização desse «saber», Portugal está no caminho errado.

Fala-se praticamente todos os dias, na falta de quadros qualificados com elevada competência. As associações empresariais, o Estado, Instituições, etc. Todos reclamam a necessidade de mais e melhores quadros técnicos. O que se vê e sabe é que não há necessidade. Porque se verificarmos o que fazem na realidade muitos, se não a maioria e como são aproveitados. Realmente não são necessários.

A maioria está a desempenhar funções completamente diferentes, do que andou a estudar. Pior que isso estão a desempenhar funções abaixo do que devia ser exigido à sua formação. Muitos fazem de escriturários, rececionistas, porteiros, vendedores, ainda muitas contas de somar diminuir, multiplicar e dividir.

O Estado e o Governo deviam fazer uma

análise ao mundo laboral para perceberem se o dinheiro que gastamos no ensino está a ser bem gasto. Aliás tenho feito este reparo em muitas intervenções públicas. Como é possível estarmos neste estado da arte? É um absurdo!

Hoje sai-se da Universidade a saber nada do que interessa ao mundo do trabalho, investigação e da produção. Alguém já pensou em estudar este estado de coisas que nos afecta a todos e ao país?

É importante dar solução e o mais rápido possível.

É também importante o estado de apatia que se está a generalizar a todos os níveis. Portugal precisa de muito dinamismo para se afirmar no contexto mundial. Só com quadros devidamente enquadrados e habilitados e a produzir valor acrescentado sustentado, evoluirá a passos largos para o chamado desenvolvimento cognitivo.

Já se pensou como se sentem as pessoas com formação de bom nível a fazer tarefas de nível desqualificado? Usem a empatia. Talvez percebam. Ou, então, falem com psiquiatras.

Outra curiosidade na formação dos portugueses, é a de só se interessarem com o grau académico.

Mais do que isso, é saber o que se faz de positivo para o país com esses cursos e formação.

Uma das notas a salientar é a proliferação de cursos ao nível do superior, o número de Universidades e ainda os currículos e os tempos dos cursos que estão desajustados às realidades actuais.

Outro dos problemas e entraves, aquando da procura dum emprego, é responder à pergunta sectária que se está fazendo numa maneira não democrática e anticonstitucional. Qual a Universidade que frequentou? Isto é realmente sectarismo aviltante, para quem procura um trabalho. Afinal não foram aprovados pelo Estado as licenciaturas? Ou só as principais Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra é que são competentes? Não pode haver discriminação universitária.

Este tipo de perguntas leva-nos a questionar todo o ensino em Portugal. Não se pode adiar esta problemática, sob pena de sermos cúmplices. Estaremos naturalmente também a adiar o desenvolvimento de Portugal.

Um outro problema são as pessoas que tiram cursos e nunca fizeram nada para o desenvolvimento do país, isto é desperdício. Ainda por cima, reclama-se falta de quadros. Há indivíduos que dizem possuir títulos disto e daquilo, à custa dos contribuintes e nunca mas nunca fizeram algo em prol de Portugal. Estas situações não podem continuar. O supérfluo e a vaidade não podem ter lugar nos nossos dias.

O que interessa ter gente qualificada em determinadas áreas se depois uns vão ser vendedores, outros apertam parafusos, outros fazem assinaturas e pouco mais? Pior que isso querem o título para exibicionismo. Em Portugal tem que se ter título! Faz parte do estatuto. Terceiro-mundista e claro de enorme pobreza intelectual.

O problema dos governos é que só pen-

sam no poder e em eleições. Essa é a nossa «indústria», o resto importa-se.

Qual é o verdadeiro valor acrescentado em Portugal? Onde estão as nossas elites do desenvolvimento? Infelizmente não temos tido resposta.

Portugal está a tornar-se numa feira de vaidades, com tudo o que isso implica ao nível do comportamental.

Outro das questões é a colocação dos quadros. As empresas não tendem a procurar e a oferta tende a aumentar. Muitas das empresas desconfiam da formação ministrada e do que lhes parece, a utilidade desses cursos.

Por outro lado, a investigação que se faz é escassa e não serve para nada. Geralmente importa-se tudo o que de facto é mau.

Mas esta tipologia de problemas e questões já vêm de longe e parece que vai continuar. A ser assim, para que servem mais Universidades e Institutos? Se é para cultura geral, bom, os livros também ensinam e não é preciso gastar milhões de contos aos contribuintes penalizando-os.

Um curso superior custa muitos milhares de contos. Veja-se o que se passa lá fora, em países com alto grau de desenvolvimento. A investigação é prioritária para posteriormente se passar à produção. Portugal está a cair num gravíssimo erro. O de não fazer frente aos verdadeiros problemas que estão a obstar o desenvolvimento, para que os portugueses vivam com mais satisfação e dignidade, devido à percepção, que os conduzirá para o objectivo de um Portugal mais próspero, moderno e solidário.



OS DIFERENTES PADRÕES DE UTILIZAÇÃO DO SNS

Quando falamos de assistência, lembramo-nos da palavra solidariedade. Mas quem não se buílnha logo igualdade de oportunidades e justiça social?

Todos sabemos que os recursos não são infinitos. Há que repartir o que temos pelas diferentes necessidades, mas há que antes de tudo que resolver as necessidades do cidadão. Todos concordamos que o cidadão deve ser o centro do sistema.

Será de mais pedir e dinamizar todo o processo que permita utilizar mais racionalmente o que temos e é de todos? Não será evidente que apesar do orçamento limitado se tem modernizado a maioria das unidades de saúde? E esses recursos modernos têm estado disponíveis e geridos com eficiência para servir o cidadão?

Que tipo de juízo crítico existe quando se

adquire equipamento moderno para a nossas unidades de saúde? Que planeamento é feito da sua utilização? A quantos e como serve a todos, os tais cidadãos que são o centro de tudo isto?

Já se colocou a questão de que se não me puder deslocar ao local onde há o recurso é como ele não existisse para mim? E para si? Tenho estradas, bem, mas que transporte e quanto custa? Quando lá chego, esperam por mim?

Pois é, alguns estão discriminados, não por não serem cidadãos mas pela distância, pela má gestão do que temos, em suma, por não se centrar o sistema no cidadão.

Que me adianta saber que tenho uma doença e não a poder tratar ou saber que tenho um recurso se não o posso utilizar.

Por muito que custe ouvir isto mas é raciocínio forçado. Então que prioridades se

criaram? Que regras? É evidente este desequilíbrio, admitamo-lo para o corrigirmos. De certeza que um problema só o passa a ser se o admitirmos e mais ainda só o solucionamos se além de admitir o encaramos como erro.

Defendemos a discriminação positiva, então façamo-la. Vamos a isso? Todos nós temos de escolher, conscientemente sabemos que acesso universal é caro: a quem pois tirar e a quem dar? Não sabemos que a democracia não foi feita para servir só os mais fortes, mais cultos ou mais poderosos? Como vamos proteger os grupos de maior risco?

Estamos, agora, a tentar encontrar a via de utilizarmos bem o que temos. Vamos agora fazer discriminação positiva. Vamos permitir que o cidadão participe, que as autarquias colaborem, para que quem se

sente mal atendido seja ouvido.

Há que procurar no SNS 21 a reforma que nos pode servir, vamo-nos reunir e não permitir que esta valiosa proposta morra no papel. Esta reforma mexe em interesses, o primeiro obstáculo a derrubar é o silêncio que a pode envolver, se cada um de nós o deixar. Tenho a certeza que ou se varre a casa agora e se caíam as paredes ou então vamos continuar com um SNS de faz de conta com muita vénia e que quem tem o poder acredita pois se verificasse, com os pés assentes em terra, veria como o cidadão não é de facto o centro do sistema. O cidadão é um número que serve para a capitação mas quanto a servi-lo, mais devagar...

Estou convicto que a Tutela da saúde vai avaliar o cumprimento do que propõe, se não o fizer, saiba ao menos que um cidadão, pelo menos, já disse que o rei vai nu.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Teatro em Albufeira

O Auditório Municipal será palco, amanhã e no sábado, dia 16, pelas 21 e 30, para a representação pela ACTA da peça teatral «O Trombone».

Coimbra

Hoje, às 18 e 30, é inaugurada a exposição «Primeira Viagem Aérea de Portugal a Macau», na Casa Municipal da Cultura. Amanhã estreia nos nas salas de cinema do Centro Comercial Girassolium «Crazy Alabama», um drama de António Banderas, com Malanie Griffith, David Morse e Cathy Moriarty nos principais papéis.

Concertos em Espinho

A cantora brasileira Joana está de volta a Portugal nos próximos dias 16 (sábado) e 17 (domingo), para dois jantares-concerto no Casino de Espinho. Nestas actuações, Joana apresentará pela primeira vez no nosso país o seu novo CD, intitulado «20 anos», que recolhe, num espectáculo gravado ao vivo, os maiores êxitos da sua carreira, que este ano atinge as duas décadas.

Tapeçarias em Fafe

A artista brasileira Dircéa Binder expõe um conjunto de tapeçarias na Galeria da Casa Municipal da Cultura. A inauguração da mostra «Festa do Divino» decorre na noite de hoje, pelas 21 e 30, com a presença da artista. A exposição ficará patente ao público, até ao dia 30, no horário das 9 horas às 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, a «Festa do Divino» poderá ser apreciada entre as 14 horas e as 17 e 30.

Poesia em Faro

Involgar em qualidade e quantidade é o naipe de homens da cultura que, até ao domingo, dia 17, marcaram encontro com Faro. Celebrar a Poesia é o tema central. Home-nagear o grande poeta farense António Ramos-Rosa é o mote escolhido. Jazz em Guimarães Hoje e amanhã, pelas 23 horas, assista ao espectáculo do Quarteto dos Três Irmão Paulo e Pedro, no Ultimatum - Café Jazz Café. A mostra de desenhos de Nelson Ribeiro estará patente ao público, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago, até amanhã. A partir de amanhã e até ao dia 21 poderá ver, no Cinema São Mamede, o filme de Gary Marshall, «Noiva em Fuga», com o já famoso par romântico e divertido composto por Julia Roberts e Richard Gere. «Buena Vista - Social Club» e «De Olhos

Bem Fechados» são as fitas em exibição, no Auditório da Universidade do Minho, na segunda-feira, dia 18 e na quarta-feira, dia 20, respectivamente.

Canto em Lisboa

Hoje e amanhã participe no VIII Encontro sobre a Adolescência que decorre no Forum Lisboa. «Tudo sobre a minha mãe», de Pedro Almodóvar; Noiva em Fuga, de Gary Marshall; e «Limbo», de John Sayles, são as películas que estarão em exibição nas salas de cinema alfacinhas a partir de amanhã. O Ciclo de Canto da Fundação Calouste Gulbenkian começa na terça-feira, dia 19, com um espectáculo no Grande Auditório, às 19 horas, em que o tenor Christoph Prégardien, acompanhado pelo pianista Michael Gees recriarão obras de Schumann, Schoeck, Wolf, Beethoven, Schubert, Gees, Loewe, Diepenbrock e Pfitzner. Na quarta-feira, dia 20, às 21 e 30, o Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém acolhe o espectáculo de Paulo Gaio Lima e de António Rosado: «Integral das Sonatas para Violoncelo e Piano de Beethoven.»

Música em Montemor-o-Velho

O fim-de-semana promete ser muito musical. É que no sábado, dia 16, às 21 horas, haverá um concerto com a Filarmónica União Verridense no Clube União Musical Gatoense (Gatões). Por sua vez, no domingo, dia 17, às 16 horas, a Filarmónica Instrução e Recreio de Abruñeira dará um recital na Igreja Matriz do Seixo.

Livro no Porto

A escritora bracarense Maria de Lurdes Brandão lança, hoje, o seu novo romance, intitulado «A sinfonia de um destino». A apresentação pública desta obra realiza-se na Livraria Bertrand do Shopping Cidade do Porto, estando a cargo de Cláudio Lima. A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses inaugura, amanhã, a exposição «O

Orientalismo em Portugal: Séculos XVI-XIX».

A mostra é a terceira e última do ciclo «Memórias do Oriente» e, tal como as anteriores, estará patente no edifício da Alfândega do Porto, sendo inaugurada pelo Presidente da República.

A exposição ocupará uma área de 1 800 metros quadrados e será dividida em 12 núcleos temáticos que integrarão cerca de 300 peças originais, incluindo o «perfumador árabe», uma peça de faiçanha do início do século assinada por Bordalo Pinheiro e considerada um dos expoentes máximos do orientalismo na arte portuguesa.

A mostra integra ainda trabalhos de Acácio Lima e António Carneiro e as coleções de objectos orientais de Camilo Pessanha e Wenceslau de Moraes.

Gastronomia em Santarém

O Festival Nacional de Gastronomia começa hoje. Durante 19 dias, as sopas apetitosas, os deliciosos mariscos, as infundáveis maneiras de preparar saborosos pratos de peixe e de carne, os enchidos, as conservas, as frutas, os queijos, as compotas e doçaria secular, os vinhos de inextinguível qualidade, os espumantes, aguardentes e licores, as águas minero-medicinais voltam a estar à mesa nas instalações da Casa do Campino, no antigo Campo da Feira.

Gargalhadas em Valença

A comédia assinada por Jai Roach, «Austin Powers – Espião Irresistível», poderá ser vista na sala de cinema, a partir de amanhã e até à terça-feira, dia 19.

Artes de descoberta em Vila do Conde

A Câmara Municipal promove uma exposição comemorativa dos 500 anos da descoberta do Brasil com trabalhos de seis artistas da Bahia. A iniciativa, denominada «500 anos depois: Pintura e Escultura» tem o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e inclui trabalhos de António Araújo, Bel Borba, Calixto Sales, Edival Rosas, Irineu Alves e Joldo Silva, cinco pintores e um escultor.

SUGESTÃO

JAZZ ÀS QUARTAS

O romantismo pintará com as tonalidades da melancolia o III Ciclo de Quartas, um festival de Jazz que decorre, em Coimbra, até ao dia 17 de Novembro.

Ao longo de mais cinco semanas, sempre à quarta-feira pelas 21 e 45, o Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) receberá os espectáculos do Ciclo de Quartas – Jazz'99, uma iniciativa da autarquia conimbricense e do TAGV.

Estão já agendadas as actuações de Phil Markowitz, Bernardo Moreira, André Sousa Machado (dia 20), do Moreira's Quinteto (dia 27), dos Ad Libitum (dia 3 de Novembro), bem como dos intérpretes Peter Epstein, João Paulo Esteves da Silva e Carlos Bica (dia 10 de Novembro).

A sessão final (17 de Novembro) consistirá numa *jam session*, aberta à participação de todos os músicos que quiserem aderir.

Em conferência de Imprensa, Carlos Alberto Moniz, director artístico do ciclo, destacou o êxito das duas edições anteriores do evento, o que levou a organização a optar, este ano, por um espaço de maiores dimensões.

«Houve uma enorme adesão por parte do público, com os dois espaços anteriormente utilizados (Casa da Cultura e Instituto Português da Juventude) a revelarem-se insuficientes para acolher tão numeroso público», disse.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Para Timor Lorosae

*Nem mesmo o amor
é o mesmo amor
ardente.
Falta uma flor
onde sobra dor
Falta água
onde sobra mágoa
Falta pão
e nenhuma mão
sobrou para te abraçar.
Ainda assim resistes
em solidão
aguardando outra madrugada.
Obrigada, Timor.*

Maria Mello Giraldes
16 de Setembro de 1999

Música/Poesia
Libentíssimo
18 e 19 de Outubro, 21h30
Pequeno Auditório
Centro Cultural de Belém

6ª FILA

Manuel dos Santos



MAIORIAS E MELHORIAS!

Os resultados eleitorais do passado dia 10 confirmaram o PS como o Partido liderante da cena política nacional e a opção socialista como a escolha política adequada para o País.

O PS atingiu agora o seu melhor resultado de sempre, superando em cerca de 3 décimas o resultado das eleições europeias, e obteve pela 7ª vez consecutiva uma vitória eleitoral indiscutível.

Os 44 por cento agora obtidos não se traduziram contudo numa maioria de mandatos na Assembleia da República.

Tal facto resulta da própria dimensão da vitória – 44 por cento (com efeito só 50 por cento assegura, em todas as circunstâncias, uma maioria absoluta de lugares) – mas é também consequência da distribuição dos votos pelos círculos eleitorais e, por via disso, «das partidas» do método de Hondt.

Com efeito, com outra distribuição (que não tem de ser, aliás, mais homogénea) é, normalmente possível obter maioria absoluta de mandatos a partir dos 43 por cento.

Embora ainda não estejam atribuídos todos os lugares no Parlamento (faltam nomeadamente os quatro deputados atribuídos à emigração, cuja distribuição alterará ainda, a meu ver, a favor do PS, a distribuição final),

é claro que a mítica barreira dos 116 deputados não será atingida.

Parece já que a tarefa da governação será, neste mandato, mais difícil.

Não tem necessariamente de ser assim. O mandato anterior, revestia-se de características excepcionais. Era imprescindível que se traduzisse num governo de legislatura. Em 1º lugar, porque esta experiência era fundamental para a própria democracia portuguesa.

Em 2º lugar, porque a necessidade de afirmação de Portugal no Mundo e nomeadamente na Europa impunha um governo estável, lembre-se o desígnio nacional de integração, desde o início, no núcleo fundador da moeda única.

Finalmente porque, para lá do mero interesse partidário se impunha o objectivo de lançar o País na senda do progresso e do desenvolvimento por forma a eliminar, num certo período de tempo, o diferencial de bem-estar existente para a generalidade dos países europeus.

O quadro da próxima legislatura é substancialmente diferente.

A responsabilidade da estabilidade política não pode ser um fardo exclusivo do PS, antes deve ser partilhado com toda a oposição. Compete ao PS governar com as suas pro-

postas e as suas ideias, introduzindo as modificações necessárias para que o crescimento e o desenvolvimento continuem e prossigam para o objectivo de convergência com a Europa mais desenvolvida.

Se é certo que nos compete evitar a instabilidade política também é seguro que não devemos pagar um preço demasiado elevado pela estabilidade.

Ora esta atitude, como exemplarmente o referiu o Secretário-Geral do Partido, não implica *nem mudanças à direita nem mudanças à esquerda, implica sim, seguir em frente determinadamente.*

É este o caminho que os socialistas desejam e têm o direito de impor.

Em 1º lugar, porque ganharam inequivocamente as eleições legislativas.

Em 2º lugar, porque essa é a leitura correcta dos resultados eleitorais.

Em 3º lugar, porque só assim tem sentido as transformações e melhorias do último quadriénio.

Em 4º lugar, porque esse é verdadeiramente o interesse nacional.

Por isso, mais do que lamentar a *inexistência de uma maioria parlamentar*, se impõe *reclamar e construir as condições do exercício de uma melhoria nacional.*

«António Guterres levou o PS o mais longe possível, mas agora tem de olhar para a sua esquerda e o caminho é o da esquerda plural»

Manuel Alegre

«Os resultados demonstram que há um eleitorado de centro-direita que, por mais desiludido que esteja, nunca votará no PS»

Idem

«A verdade é que o PS de António Guterres deixou o flanco esquerdo a descoberto e acabou por pagar caro esse pecado»

José Manuel Fernandes

«Em contrapartida, António Guterres açambarcou quase por completo o centro político. PSD e PP perderam em conjunto 2,5 por cento, o que reduziu a direita a um dos seus piores resultados de sempre»

Idem

«É manifesto que o PS foi bem-sucedido na cativação do mundo dos negócios e de algum eleitorado conservador. Mas é igualmente óbvio que perdeu eleitorado urbano, no mundo do trabalho e nas camadas intelectuais»

Vital Moreira

«Foi à esquerda que o PS perdeu o sonho da maioria absoluta»

Mário Bettencourt Resendes



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista

Director

Fernando de Sousa

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88. ISSN: 0871-102X

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo

1495 Lisboa Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz